



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Greiciele da Silva Ferreira

**Análise acerca dos desafios e vulnerabilidades dos
migrantes na América Latina e a influência dos Estados
Unidos: Uma revisão da literatura**

Marília
2025

Greiciele da Silva Ferreira

Análise acerca dos desafios e vulnerabilidades dos migrantes na América Latina e a influência dos Estados Unidos: Uma revisão da literatura

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Financiadora: INCT-INEU

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Marília
2025

F383a	Ferreira, Greiciele da Silva Análise acerca dos desafios e vulnerabilidades dos migrantes na América Latina e a influência dos Estados Unidos: : uma revisão da literatura / Greiciele da Silva Ferreira. -- Marília, 2025 62 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Marcos Cordeiro Pires 1. Migração. 2. vulnerabilidades. 3. América Latina. 4. desafios. 5. Estados Unidos. I. Título.
-------	--

Greiciele da Silva Ferreira

Análise acerca dos desafios e vulnerabilidades dos migrantes na América Latina e a influência dos Estados Unidos: Uma revisão da literatura

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Financiadora: INCT – INEU

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof^a. Dr^a. Thaís Caroline Ataíde Lacerda
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Me. Tadeu Luciano Seco Saravalli
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 12 de dezembro de 2024

“Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, acreditaram em mim e nos meus sonhos. Espero que, a partir das reflexões aqui colocadas, eu possa contribuir para um mundo melhor. Minha vontade é retribuir à sociedade, já que tive tantas oportunidades durante toda a vida, como a possibilidade de estudar em uma escola de alta qualidade e em uma das melhores universidades da América Latina sem custo algum para minha família. Que este trabalho seja uma pequena semente de transformação, inspirando ações que promovam justiça e mudança. Acredito que o conhecimento deve ser compartilhado e utilizado para o bem comum, e é este o propósito que incentiva minha jornada.”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta jornada.

Aos meus queridos avós, Lisete e Alfredo, agradeço por todo o amor, apoio e sabedoria que sempre me proporcionaram. Obrigada por me incentivarem desde sempre e por ladrilharem cada centímetro do caminho que percorri. Vocês foram minha fonte de inspiração, e sou eternamente grata por cada momento que tenho o privilégio de passar com vocês. À minha prima Maitê, que chegou para iluminar nossos dias e nossa família.

À minha irmã, Izabelle, agradeço por ser meu apoio incondicional e por sempre acreditar em mim. Sua presença é uma bênção em minha vida. Obrigada por sempre deixar claro seu orgulho por mim. Você é a maior família que eu tenho.

Aos professores da universidade, obrigada a todos. Aprendi lições valiosas. Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Marcos Cordeiro, e à professora Thaís, que não me deu aulas, mas me ensinou muito. Obrigada pela orientação e pelo conhecimento que compartilharam comigo. Vocês foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e suas pessoas foram fundamentais para que eu soubesse o tipo de pessoa que quero ser.

Gostaria de expressar minha especial gratidão ao Observatório Político dos Estados Unidos – OPEU e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos - INCT-INEU pelo apoio financeiro e pela confiança depositada em minha pesquisa. Agradeço também a todos os membros do Latino Observatory, que contribuíram grandemente para o sucesso deste projeto. O compromisso com a promoção da pesquisa e do conhecimento de todos é admirável e inspirador.

Aos meus mentores, que tanto me ensinaram na vida: Priscilla, Marcius e Vicente, e aos professores Camila, Priscilla, Fábio Jr, Silvia, Cléber, Alex, Cintya e Edmar. Muito obrigada por ajudarem a transformar a menina que eu fui na mulher que sou. Também agradeço às instituições Fundação Bradesco e UNESP, sem as quais nada seria possível.

Um agradecimento especial à psicóloga Clara por seu apoio emocional e orientação ao longo deste processo. Sua ajuda foi essencial.

Aos meus amigos e colegas de turma, especialmente àqueles que tornaram mais leves os fardos da jornada universitária, por me ensinarem tanto e pela troca valiosa que tivemos, meu muito obrigada: Daniel, Maria Eduarda, Audrey, Ana Luiza, Victor Hugo e Isabela. Ainda aos meus queridos amigos fora do âmbito universitário, Giovanna, Andressa, Maria Paula, Jéssica, Caio, Thamiris, Bianca e Igor, agradeço por todos os momentos de alegria e apoio. Vocês tornaram essa jornada muito mais leve. Obrigada por cada vez que brindaram minhas vitórias e me confortaram nas minhas derrotas, obrigada me aproximarem de Deus e da espiritualidade, e por me distanciarem das agonias do dia a dia. Obrigada por compartilharem dos meus sonhos. Obrigada por serem também minha família.

Não posso deixar de mencionar meus amados pets. Em memória de Bagheera, que sempre esteve ao meu lado com amor incondicional. Também agradeço a Agnes e Hei por trazerem alegria e conforto aos meus dias e à minha casa.

Um agradecimento especial a Jonathan Rafael, por seu amor, paciência e apoio inabalável. Sua presença ao meu lado me fortaleceu em momentos desafiadores e me inspirou a seguir em frente. Sou imensamente grata por tudo que fez por mim. Obrigada por não me deixar nunca esquecer de onde eu vim, de ter gratidão por onde estou e não deixar de lutar por onde quero chegar.

A todos vocês, meu sincero mais sincero muito obrigada!

A mim mesma, sei que tudo acontece como tem que acontecer. No tempo certo. Sou grata por não ter desistido.

*Somos filhos da época
e a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.*

*O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.*

*Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.*

[...]

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo examinar as principais análises sobre o contexto migratório na América Latina, com foco nas fragilidades enfrentadas pelos migrantes em suas nações de origem, ao longo da jornada e nos países de acolhimento, incluindo a influência significativa dos Estados Unidos como país acolhedor neste processo. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura, baseada na análise de estudos acadêmicos recentes sobre o tema. Foram abordados três momentos principais do processo migratório: as condições nos países de origem, as adversidades durante a jornada e os desafios nos países de acolhimento, além de comentada a situação das pessoas imigrantes originárias da América Latina dentro dos Estados Unidos, exemplificando-se os estigmas que cercam esta população e sua influência na realidade política e econômica norte-americana.

Os resultados evidenciaram que, nos países de origem, os migrantes enfrentam principalmente violência, insegurança econômica, instabilidade política e desastres naturais, fatores que forçam a migração em busca de segurança e melhores condições de vida. Durante a jornada, as pessoas em processo migratório lidam com a falta de acesso a serviços essenciais, riscos de violências e abusos de diversos tipos, além de dificuldades financeiras que os forçam a recorrer a rotas perigosas. Nos países de acolhimento, especialmente nos Estados Unidos, os imigrantes enfrentam obstáculos como a exclusão do mercado de trabalho, discriminação, precariedade habitacional e barreiras legais e linguísticas para o acesso a direitos básicos. As políticas migratórias dos Estados Unidos têm um impacto direto sobre essas dinâmicas, uma vez que muitos latino-americanos veem o país como um destino final em busca de oportunidades e segurança.

As conclusões destacam a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e integradoras, que garantam a regularização legal, o acesso a serviços essenciais e a proteção contra discriminação e xenofobia. Além disso, recomenda-se a intensificação da cooperação regional e o fortalecimento de redes de apoio humanitário, especialmente ao longo das rotas migratórias, para proteger os migrantes e facilitar sua integração nos países de acolhimento. Em síntese, a migração na América Latina exige uma abordagem coordenada, baseada em direitos humanos, que trate os migrantes com dignidade e proporcione condições para uma convivência mais justa e solidária.

Palavras-chave: Migração; vulnerabilidades; América Latina; desafios; Estados Unidos.

ABSTRACT

This study aimed to examine the main discussions on the migratory context in Latin America, focusing on the vulnerabilities faced by migrants in their countries of origin, throughout their journey and in host countries, including the significant influence of the United States as a host country in this process. The methodology adopted was an integrative review of the literature, based on the analysis of enofob academic studies on the topic. Three key stages of the migratory process were addressed: the conditions in the countries of origin, the adversities during the recente academic studies on the subject and the challenges in the host countries, in addition to commenting on the situation of immigrants from Latin America within the United States, exemplifying the stigmas surrounding this population and its influence on the political and economic reality of the United States.

The results revealed that, in their countries of origin, migrants mainly face violence, economic insecurity, political instability and natural disasters, factors that force migration in search of safety and better living conditions. During their journey, people in the migration process face a lack of access to essential services, risks of violence and abuse of various kinds, and financial difficulties that force them to resort to dangerous routes. In host countries, especially the United States, immigrants face obstacles such as exclusion from the labor market, discrimination, inadequate housing, and legal and linguistic barriers to accessing basic rights. US migration policies have a direct impact on these dynamics, since many Latin Americans see the country as a final Destination in search of opportunities and security.

The conclusions highlight the urgent need for more inclusive and integrative public policies that guarantee legal regularization, access to essential services, and protection against discrimination and xenophobia. In addition, it is recommended that regional cooperation be intensified and humanitarian support networks be strengthened, especially along migration routes, to protect migrants and facilitate their integration in host countries. In short, migration in Latin America requires a coordinated approach, based on human rights, that treats migrants with dignity and provides conditions for a more just and supportive coexistence.

Keywords: Migration; vulnerability; Latin America; challenges, United States.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fases da identificação de estudos elegíveis à Revisão de Literatura	35
Figura 2 – Garota hondurenha de 2 anos de idade chora após sua mãe ser detida na fronteira entre o México e os Estados Unidos, localizada em McAllen, Texas	49
Gráfico 1 – Profissão de imigrantes, filhos de imigrantes e filhos de nativos	50
Quadro 1 - Fase do processo migratório: Nação de origem	35
Quadro 2 – Fase do processo migratório: Durante a jornada migratória	38
Quadro 3 - Fase do processo migratório: Nos países de acolhimento	41
Quadro 4 - Situação dos migrantes nos EUA	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA - Estados Unidos da América

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

SciELO - Scientific Electronic Library Online

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIM - Organização Internacional para as Migrações

NAFTA - Tratado de Livre Comércio da América do Norte

SUS – Sistema Único de Saúde

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

TPS – Status de Proteção Temporária

ACA – Affordable Care Act

SNAP – Programa de Assistência Nutricional Suplementar

WIC - Women, Infants, and Children

MPI - Migration Policy Institute

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES	18
2.1 Destinos e Origens dos Migrantes	20
2.2 As Vulnerabilidades dos Migrantes na América Latina.....	22
2.2.1 - Políticas Migratórias na América Latina	26
2.3 - Políticas Migratórias na América Latina e sua relação com os Estados Unidos.....	32
3. METODOLOGIA	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 Fase do processo migratório: Nação de origem	38
4.2 Fase do processo migratório: Durante a jornada migratória.....	40
4.3 Fase do processo migratório: Nos países de acolhimento	43
4.4 Uma visão geral da situação das pessoas migrantes nos EUA.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6. REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é uma vasta e diversificada região do continente americano que abrange a maioria dos países da América do Sul, América Central e o México. Esta área é caracterizada por uma predominância de idiomas românicos, como o espanhol, o português e o francês, refletindo sua história colonial. A designação "América Latina" exclui países como os Estados Unidos e o Canadá, que têm línguas de origem anglo-saxônica. O termo "América Latina" foi utilizado pela primeira vez em 1856 pelo filósofo chileno Francisco Bilbao e pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo. O nome foi adotado para refletir a influência dos colonizadores latinos — principalmente espanhóis e portugueses — sobre as culturas locais, uma vez que a maioria das nações latino-americanas foi colonizada por esses países europeus.

Composta por 33 nações reconhecidas, incluindo Brasil, México, Argentina e Colômbia, a América Latina é marcada por uma diversidade cultural significativa. Essa diversidade resulta da mistura de heranças indígenas, africanas e europeias, que se entrelaçam para formar uma identidade única em cada país. Além disso, a região apresenta uma rica tapeçaria cultural que se manifesta na música, na dança, na culinária e nas tradições religiosas. A economia latino-americana é fortemente baseada na exploração de recursos naturais, como petróleo, minérios e produtos agrícolas, mas também enfrenta desafios sérios, incluindo altos índices de desigualdade social e pobreza.

A definição de América Latina pode variar entre diferentes fontes acadêmicas e culturais. Em geral, ela inclui todos os países onde as línguas derivadas do latim são predominantes. No entanto, alguns pesquisadores também consideram países que tiveram colonização francesa ou outras influências europeias como parte dessa região. A história da América Latina é complexa; antes da chegada dos europeus no século XV, a área já era habitada por civilizações avançadas como os maias, incas e astecas. Esses povos nativos desenvolveram culturas ricas e diversificadas que foram profundamente impactadas pela colonização europeia.

A luta pela independência na América Latina começou no século XVIII e foi marcada por figuras proeminentes como Simón Bolívar e José de San Martín. Após conquistar a independência, os novos Estados enfrentaram instabilidade política e desafios econômicos que moldaram sua trajetória até os dias atuais. A América Latina

continua a ser uma região vital no cenário global, com um papel crescente em questões políticas e econômicas internacionais.

A definição de América Latina pode variar entre diferentes fontes, mas geralmente inclui todos os países onde as línguas derivadas do latim são predominantes.

A Academia Real Espanhola (RAE) define: LATINOAMÉRICA. Nome que inclui todos os países do continente americano em que se falam línguas derivadas do latim (espanhol, português e francês), por oposição à América anglófona. O nome América Latina também está correto. Para se referir exclusivamente aos países de língua espanhola, é mais correto utilizar o termo específico Hispanoamérica. Ou, se o Brasil, um país de língua portuguesa, estiver incluído, o termo Ibero-América. [...]. O seu gentílico é latino-americano.

(Laboratório de Epistemologia e História da Geografia, UNICAMP, 2023)

A América Latina tem se destacado, ao longo de sua trajetória histórica, como uma área marcada por intensos e variados movimentos migratórios. A movimentação populacional nessa região resulta de uma série de elementos históricos, sociais, políticos e econômicos interligados. As principais motivações para a migração incluem a extrema pobreza, a violência generalizada, a desigualdade social, os conflitos políticos e, mais recentemente, as crises humanitárias enfrentadas por países como Venezuela, Honduras, El Salvador e Nicarágua. Ademais, fatores climáticos, como a ocorrência de desastres naturais e as alterações climáticas, também têm exacerbado o deslocamento forçado de comunidades, especialmente nas regiões mais vulneráveis (Camargo, 2022).

Nos últimos anos, a migração na América Latina tem aumentado significativamente, tanto em nível interno quanto externo. A migração interna acontece quando pessoas de um país se mudam para outras regiões dentro de suas fronteiras em busca de melhores condições de vida, como aqueles que saem de áreas rurais em direção a grandes centros urbanos ou que deixam locais de conflito em busca de segurança. Por outro lado, a migração internacional, que abrange a transferência de indivíduos para nações vizinhas ou mais distantes, tem se tornado cada vez mais visível, especialmente com o grande movimento de venezuelanos em direção a países como Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Peru (Lazarini, 2024). Neste contexto, os Estados Unidos emergem como um destino crucial para muitos migrantes latino-americanos que buscam segurança e oportunidades econômicas.

A migração na América Latina apresenta uma grande complexidade, englobando tanto deslocamentos voluntários, motivados pela busca de condições melhores de vida, quanto aqueles forçados, que acontecem devido a razões como conflitos políticos, perseguições e violação de direitos fundamentais. Nesse cenário, os indivíduos em processo migratório enfrentam diversos riscos, que vão desde a exploração no trabalho até agressões físicas e psicológicas tanto no trajeto migratório quanto no destino. As estratégias de migração implementadas pelos países da região, frequentemente, não garantem a proteção necessária para os migrantes, resultando em situações de vulnerabilidade (Leal, 2023).

Este estudo tem como objetivo examinar as principais discussões acerca do contexto migratório na América Latina, salientando particularmente as fragilidades que os migrantes enfrentam em suas nações de origem, ao longo da jornada e nos países acolhedores, com foco nos Estados Unidos. A pesquisa se propõe a investigar as diferentes facetas dessas vulnerabilidades, bem como as reações políticas, sociais e globais aos desafios resultantes da migração.

Para isso, busca-se analisar as principais causas e motivações que impulsionam os fluxos migratórios na América Latina, com ênfase nas crises políticas, econômicas e sociais que têm contribuído para o aumento da migração forçada; investigar as vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes em diversas fases da migração: desde os desafios em seus países de origem, os riscos durante a travessia e os problemas enfrentados nos países de destino, como a discriminação, a falta de acesso a serviços públicos, a violência, o trabalho precário e a marginalização social; e trazer as principais discussões acerca das vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes latino-americanos, identificando as principais dificuldades que esses indivíduos enfrentam ao longo de sua trajetória migratória e as formas como elas podem ser mitigadas.

A migração na América Latina vem se configurando como um fenômeno de grande importância e complexidade. O crescimento dos movimentos migratórios tem aprofundado os efeitos nas comunidades de origem, nas de passagem e nas de acolhimento, apresentando desafios substanciais para governos, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. Entender as fragilidades enfrentadas pelos migrantes é crucial para criar políticas mais eficientes e humanitárias, que

garantam os direitos básicos dessa população e incentivem a inclusão social e econômica (Leal, 2023).

A questão da migração é extremamente importante para a segurança das pessoas, pois muitos migrantes vivem em situações adversas, lidando com a escassez de serviços de saúde, educação, habitação adequada e segurança. Além disso, muitos enfrentam exploração no ambiente de trabalho, tráfico de seres humanos, agressões de organizações criminosas e atitudes xenófobas. Em um cenário mundial marcado por um aumento do nacionalismo e por políticas migratórias mais rígidas, a discussão sobre os direitos dos migrantes e a urgência de abordagens mais humanitárias se torna cada vez mais necessária (Cunha, 2023).

A migração apresenta tanto desafios quanto oportunidades sob a ótica econômica. Apesar de os migrantes poderem desempenhar um papel crucial nas economias dos países anfitriões, oferecendo seu trabalho, competências e iniciativas empresariais, diversos países da América Latina ainda carecem de políticas migratórias eficazes que abordem essa questão de forma inclusiva e sustentável. Assim, uma avaliação crítica das políticas relacionadas à migração e das reações internacionais é essencial para fomentar a justiça social e assegurar a proteção dos direitos dos migrantes (Cunha, 2023).

Apesar de os migrantes poderem desempenhar um papel crucial nas economias dos países anfitriões, diversos países da América Latina ainda carecem de políticas migratórias eficazes que abordem essa questão de forma inclusiva e sustentável. Nos Estados Unidos, à título de exemplo, os migrantes latinos representam 17% do PIB americano e chegam a gerar cerca de 3,3 trilhões de dólares, além de que sua presença no mercado de trabalho impulsiona o PIB per capita, refletindo em padrões de vida mais elevados para toda a população (Lacerda; Ferreira, 2024). Assim, uma avaliação crítica das políticas relacionadas à migração e das reações internacionais é essencial para fomentar a justiça social e assegurar a proteção dos direitos dos migrantes (Cunha, 2023).

Para uma melhor compreensão de terminologia utilizada no presente trabalho, serão utilizadas as palavras “migrante” e “pessoa migrante”. O primeiro termo se refere a qualquer indivíduo que se desloca de um lugar para outro, seja dentro de um país ou entre países, por diversas razões, como a busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho ou educação. O termo é abrangente e pode incluir tanto

aqueles que saem de seu país de origem (emigrantes) quanto aqueles que chegam a um novo país (imigrantes) (Repositório IPEA, 2020).

Por outro lado, pessoa migrante é uma expressão que enfatiza o aspecto humano do migrante. Ao usar "pessoa migrante", há uma intenção de destacar a individualidade e a experiência pessoal do migrante, reconhecendo-o como sujeito de direitos e não apenas como um número ou estatística em um fenômeno social (Museu da Imigração, 2019). Essa terminologia pode ser utilizada para enfatizar a dignidade e as complexidades enfrentadas por aqueles que migram, incluindo as vulnerabilidades e desafios específicos que podem encontrar ao longo do processo migratório (Organização Internacional para as Migrações (OIM)).

Em resumo, enquanto "migrante" é um termo técnico que descreve o ato de deslocamento, "pessoa migrante" enfatiza a humanidade e as experiências individuais associadas a esses deslocamentos. Ambos os termos serão utilizados concomitantemente para que não haja uma repetição de palavras no texto.

2. A MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES

A migração na América Latina tem uma história extensa, influenciada por diversos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Para compreender o panorama migratório contemporâneo, é fundamental examinar os principais movimentos migratórios que ocorreram ao longo dos séculos (Cunha, 2023).

No período colonial, a movimentação populacional para a América Latina foi fortemente motivada pela colonização europeia, especialmente por parte de Portugal e Espanha. Milhões de africanos foram compelidos a se deslocar para a região como parte do comércio transatlântico de escravos. Essas correntes migratórias geraram uma diversidade étnica e cultural significativa que define a América Latina ainda, atualmente (Silva, 2021).

Com a conquista da independência por várias nações da América Latina no começo do século XIX, as migrações provenientes da Europa começaram a aumentar consideravelmente. No Brasil, houve um influxo significativo de imigrantes europeus, predominantemente italianos, portugueses e espanhóis, que foram atraídos pelas possibilidades de trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, nas indústrias das cidades. Na mesma época, países como Argentina, Uruguai e Chile também vivenciaram expressivas movimentações de imigrantes europeus no final do século XIX e no início do século XX (Alexandrino, 2023).

Com a intensificação da industrialização e a urbanização nas metrópoles da América Latina ao longo do século XX, houve um expressivo êxodo interno. A transição da zona rural para os centros urbanos, por sua vez, tornou-se um fenômeno cada vez mais comum, com milhões de indivíduos se mudando em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Esse fluxo migratório do campo para a cidade foi especialmente marcante em nações como Brasil, México e Argentina (Salvador, 2020).

O século XX também se destacou por movimentos de migração forçada, motivados por guerras e crises políticas. Em várias ocasiões, conflitos civis, regimes militares e perseguições políticas forçaram um elevado número de pessoas a deixar suas terras, como ocorreu durante a guerra civil em El Salvador (1979-1992) e o golpe militar no Chile em 1973, situações que geraram uma considerável quantidade de exilados (Salvador, 2020).

Durante o século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, houve um aumento considerável na migração de pessoas da América Latina para os Estados Unidos. A proximidade geográfica aliada às oportunidades de emprego levou muitos indivíduos da América Central e do México a buscarem uma vida mais favorável. Esse fluxo migratório se acentuou após a implementação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que mudou as condições econômicas, resultando em uma maior desigualdade e, assim, em um aumento das migrações (Almeida, 2023).

Atualmente, a migração na América Latina ainda é impulsionada por uma série de fatores intrincados, os quais podem ser categorizados como econômicos, políticos, sociais e ambientais (Leal, 2023).

Apesar da redução da maioria dos conflitos armados nas últimas décadas, a instabilidade política permanece como um dos principais fatores que impulsionam a migração na América Latina. A situação crítica na Venezuela, por exemplo, levou milhões de venezuelanos a abandonar o país desde 2015, configurando uma das maiores crises migratórias do século XXI. Adicionalmente, nações como Honduras, El Salvador e Nicarágua enfrentam elevados níveis de violência e repressão política, o que tem obrigado muitas pessoas a buscar refúgio em outros lugares (Mutoba, 2023).

Há uma relação significativa entre a instabilidade política na América Latina e a migração para os Estados Unidos. A crise migratória na região, especialmente a situação crítica na Venezuela e a violência em países como Honduras, El Salvador e Nicarágua, tem levado milhões de pessoas a buscar refúgio e melhores condições de vida em outros lugares, com os Estados Unidos sendo o principal destino para muitos desses migrantes. Estudos indicam que cerca de 70% dos migrantes da América Latina e do Caribe se estabelecem nos Estados Unidos, o que demonstra a forte conexão entre as crises políticas e sociais na região e os fluxos migratórios em direção ao norte (Mônaco, 2021). A instabilidade política e a violência são fatores que forçam as pessoas a deixarem seus países, e muitos veem os Estados Unidos como uma oportunidade para escapar das condições adversas que se apresentam.

Além disso, as políticas migratórias dos Estados Unidos têm um impacto direto sobre esses fluxos. A administração americana enfrenta desafios significativos devido ao aumento do número de imigrantes na fronteira com o México, o que tem gerado pressão política interna e debates sobre como lidar com o que é considerado uma crise migratória. Portanto, a relação entre a instabilidade política na América Latina e a migração para os Estados Unidos é complexa e multifacetada, envolvendo fatores

econômicos, sociais e políticos que influenciam tanto os países de origem quanto os países de acolhimento.

Os desastres naturais, frequentemente intensificados pelas alterações climáticas, têm se tornado uma preocupação crescente na América Latina. Furacões, enchentes, secas extensas e sismos forçam grandes grupos de pessoas a se mudarem. O Caribe e a América Central, especialmente, são áreas frequentemente afetadas por esses eventos, o que aumenta a vulnerabilidade das comunidades locais e impulsiona movimentos migratórios, tanto internos quanto externos (Fonseca, 2022).

Em caráter informativo, a migração interna refere-se ao deslocamento de pessoas dentro das fronteiras de um país, podendo incluir migrações de áreas rurais para urbanas (migração rural-urbana), entre diferentes regiões do mesmo país (migração inter-regional) ou mesmo dentro da mesma cidade (migração intra-urbana) (Missão Paz, 2021). As razões para a migração interna geralmente incluem a busca por melhores condições de vida, oportunidades de emprego, educação e serviços essenciais. Por outro lado, migração externa (ou internacional) – da qual se trata este trabalho - ocorre quando indivíduos se deslocam para fora do seu país de origem, estabelecendo-se em outro país. As causas dessa migração podem ser variadas, incluindo a busca por melhores condições de vida, fuga de conflitos, perseguições políticas ou desastres naturais. A migração externa é, conforme evidenciado anteriormente, frequentemente associada a processos mais complexos, como a obtenção de vistos, adaptação a novas culturas e, muitas vezes, desafios legais e sociais (Missão Paz, 2021).

A violência, tanto em sua forma individual quanto estrutural, tem se mostrado um elemento crucial na migração forçada na América Latina. Nações como El Salvador, Honduras e Guatemala são reconhecidas por suas elevadas taxas de homicídios, frequentemente associadas a organizações criminosas, narcotráfico e falta de justiça. Essa atmosfera de insegurança tem impulsionado muitas pessoas a se deslocarem para países vizinhos ou até para os Estados Unidos, em busca de um futuro mais seguro (Fonseca, 2022).

2.1 Destinos e Origens dos Migrantes

Desde o começo da crise política e econômica na Venezuela, a saída de venezuelanos se transformou em uma das mais significativas ondas migratórias da história recente da América Latina. A hiperinflação, a falta de produtos essenciais, a

repressão política e a violência têm levado milhões de cidadãos venezuelanos a procurar abrigo em nações vizinhas, principalmente na Colômbia, Brasil, Peru, Chile e Argentina (Pereira, 2024).

Na América Central, nações como Honduras, El Salvador e Guatemala têm experimentado significativos movimentos migratórios. A alta taxa de violência, frequentemente vinculada a gangues e ao tráfico de drogas, combinada com a pobreza severa e a escassez de oportunidades, tem impulsionado milhares de cidadãos da região a se deslocarem para o México e os Estados Unidos. Esse fenômeno é especialmente notável nas chamadas "caravanas de migrantes", que consistem em grupos numerosos de pessoas viajando por terra em busca de uma qualidade superior de vida (Domenech, 2020).

O México atua como um ponto de partida e de chegada para pessoas migrantes, além de que há uma quantidade significativa de mexicanos que se desloca para os Estados Unidos em busca de oportunidades mais favoráveis, frequentemente em razão da pobreza presente nas áreas rurais. Simultaneamente, o país acolhe migrantes de diversas nações da América Latina, principalmente da América Central, que passam por seu território na rota para os EUA (Silva, 2023).

Recentemente, o Brasil emergiu como um local significativo para imigrantes da América Latina, notadamente venezuelanos, graças à sua localização geográfica e à abordagem mais permissiva de suas diretrizes de imigração em relação a nações vizinhas. Ademais, o país também atrai migrantes de diversas origens, incluindo aqueles do Haiti e, em menor escala, pessoas de países africanos e asiáticos (Silva, 2023).

Na última década, nações como Peru, Chile e Argentina têm se destacado como destinos de migração, especialmente para pessoas vindas da Venezuela. O Chile, especificamente, surgiu como uma escolha favorita devido à sua economia estável e condições de vida superiores em relação a outros países da América Latina. Além disso, a migração para Argentina e Peru tem sido estimulada pela procura por oportunidades de emprego e uma vida melhor (Silva, 2023).

Nos Estados Unidos, o número crescente de imigrantes venezuelanos tem gerado desafios significativos. Em 2023, foram registradas mais de 334 mil detenções de venezuelanos na fronteira sul do país. O governo do presidente Joe Biden implementou medidas específicas para lidar com essa crise migratória, incluindo autorizações humanitárias e status de proteção temporária (TPS) para facilitar a

integração dos venezuelanos no mercado de trabalho americano (BBC News Mundo, 2024; O Globo, 2024).

2.2 As Vulnerabilidades dos Migrantes na América Latina

Dentre as adversidades enfrentadas pelos migrantes, as vulnerabilidades econômicas são uma das principais barreiras enfrentadas, especialmente para aqueles migrantes que se encontram em situação irregular. A falta de emprego formal, a exploração laboral e as condições precárias de vida são fatores determinantes na marginalização dessa população (Dimenstein, 2024).

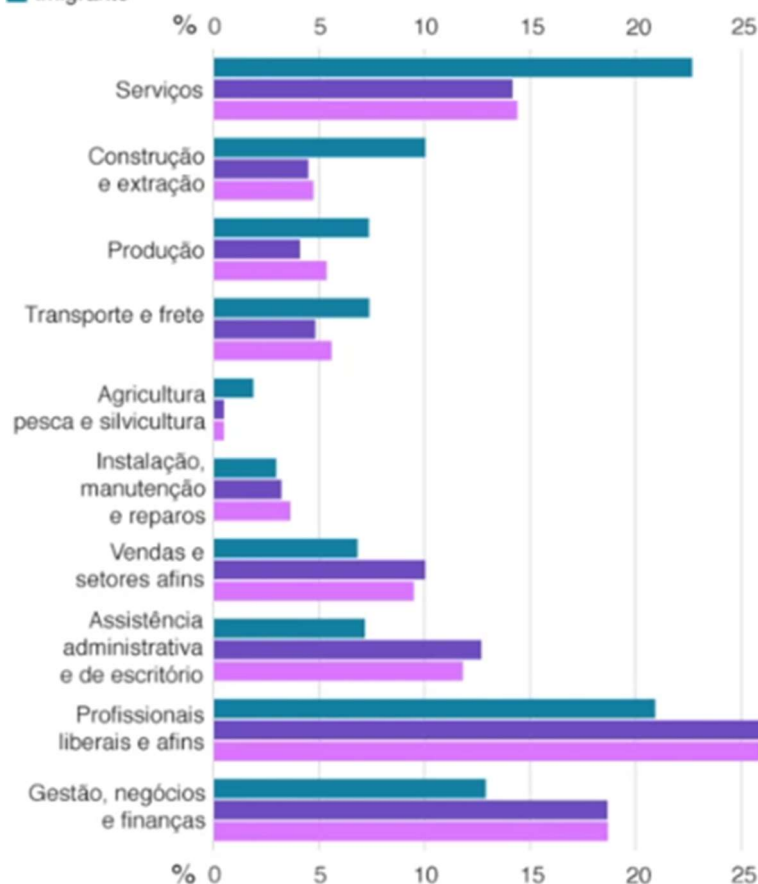
Uma das primeiras dificuldades econômicas enfrentadas pelas pessoas migrantes é o desemprego ou o subemprego. Muitos migrantes chegam aos países de destino em busca de melhores condições de vida, contudo, devido à falta de documentos legais, experiência reconhecida ou barreiras linguísticas, acabam sendo forçados a aceitar empregos informais e mal remunerados. No Brasil, por exemplo, os venezuelanos, que fogem da crise política e econômica em seu país, frequentemente acabam trabalhando em setores como construção civil, limpeza e serviços domésticos, onde as condições de trabalho são precárias e os salários são baixos (Dimenstein, 2024).

Nos Estados Unidos, embora os migrantes latino-americanos representem uma parcela significativa da força de trabalho, muitos ocupam postos de trabalho em setores como agricultura, construção e serviços, onde os direitos trabalhistas são frequentemente desrespeitados e os salários são abaixo da média (Guimarães, 2021). Além disso, a recente política de deportação em massa do governo dos EUA tem gerado um clima de medo entre os migrantes irregulares, dificultando ainda mais sua integração no mercado de trabalho e aumentando sua vulnerabilidade econômica (O Globo, 2024). Esta relação trabalhista pode ser evidenciada pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1: Profissão de imigrantes, filhos de imigrantes e filhos de nativos

Profissão de imigrantes, filhos de imigrantes e filhos de nativos

■ Ambos os pais são nativos
 ■ Pelo menos um dos pais é imigrante
 ■ Imigrante



Fonte: BBC News

Outro aspecto importante das vulnerabilidades econômicas é a falta de moradia digna. Muitas pessoas migrantes, especialmente aquelas que chegam aos países de acolhimento em situações irregulares, acabam por viver em condições precárias, morando em bairros marginalizados ou ocupações informais, onde não há acesso a serviços básicos de infraestrutura, como água potável, saneamento básico ou eletricidade. Esse tipo de moradia é comum nas periferias urbanas ou em campos de refugiados temporários, onde as condições de vida são insalubres e, muitas vezes, inseguras (Moreira, 2024).

No caso dos migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil, a maioria se instala em condições precárias na cidade de Boa Vista, em Roraima, onde há grande pressão sobre os serviços públicos locais, como saúde e educação. Em muitas cidades da América Central e do Caribe, as condições de moradia para os migrantes

também são precárias, com muitos vivendo em abrigos improvisados ou acampamentos temporários (Moreira, 2024).

Além das dificuldades no mercado de trabalho e de moradia, as pessoas migrantes frequentemente enfrentam sérias barreiras no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Muitos não têm acesso a serviços médicos devido à falta de documentos ou à exclusão das políticas públicas. No Brasil, por exemplo, embora a política de saúde pública seja inclusiva e haja o SUS - Sistema Único de Saúde -, muitos migrantes não têm conhecimento sobre seus direitos e ficam excluídos de tratamentos adequados e necessários (Moreira, 2024).

Nos Estados Unidos essa questão é perceptível, por exemplo, no Projeto de Lei do Senado 1718, aprovado pelo governo de Ron DeSantis na Flórida em 2023, que limitava diversos direitos das pessoas migrantes indocumentadas. Entre as ações da Lei, é colocada a exigência que hospitais que aceitem o Medicaid - que se trata de um programa de assistência à saúde nos Estados Unidos, destinado a ajudar pessoas e famílias de baixa renda - incluam perguntas sobre a situação legal das pessoas em seus formulários (Assis, 2024).

Em outros países, como o Chile e o México, a falta de documentação ou a irregularidade migratória também limita o acesso de migrantes aos serviços de saúde, educação e assistência social, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão (Grajzer, 2024).

As vulnerabilidades jurídicas estão diretamente relacionadas à situação legal dos migrantes no país de acolhida. A falta de documentação regular, a criminalização da migração e a ausência de direitos trabalhistas e civis contribuem para a marginalização e exploração dessa população (Grajzer, 2024).

A falta de documentação adequada é uma das principais vulnerabilidades jurídicas que os migrantes enfrentam. Muitos deles entram nos países de destino sem os documentos necessários para regularizar sua situação, o que os torna mais suscetíveis a abusos e violações de seus direitos. A falta de um status legal regular impede que os migrantes acessem direitos básicos como emprego formal, serviços públicos, educação e assistência médica (Grajzer, 2024). A vulnerabilidade aumentada pela irregularidade migratória também coloca os migrantes na linha de frente de políticas repressivas, como deportações em massa, o que agrava ainda mais a insegurança jurídica e social dessa população (Grajzer, 2024).

Em vários países latino-americanos e nos EUA, a migração irregular é tratada como um crime, e migrantes em situação irregular são frequentemente presos ou deportados. No México, por exemplo, milhares de migrantes centro-americanos são detidos anualmente enquanto tentam atravessar o país em direção aos Estados Unidos, enfrentando condições degradantes nos centros de detenção (Ribeiro, 2022).

A criminalização da migração também acirra a xenofobia e a discriminação, uma vez que a migração, especialmente a irregular, é muitas vezes associada a atividades ilícitas, como tráfico de drogas e contrabando de pessoas. Isso contribui para a estigmatização dos migrantes e para a precarização de suas condições de vida e trabalho (Andrade, 2022). Além da falta de documentos, os migrantes frequentemente não têm acesso a direitos trabalhistas e civis essenciais, como salário-mínimo, licença médica, aposentadoria, e até mesmo o direito de se organizar ou protestar contra as condições de trabalho. A ausência de proteção legal torna os migrantes mais vulneráveis à exploração e abuso no mercado de trabalho, incluindo a falta de contrato formal e a sobrecarga de jornadas de trabalho (Andrade, 2022).

As vulnerabilidades sociais referem-se ao isolamento e discriminação social enfrentados pelos migrantes em seus novos países, o que dificulta sua integração e perpetua um ciclo de marginalização. A exclusão social é uma das maiores vulnerabilidades que os migrantes enfrentam, especialmente aqueles que chegam sem status legal ou sem uma rede de apoio. A discriminação social e a xenofobia são comuns, com migrantes sendo vistos como uma "ameaça" ao emprego e à segurança social local (Andrade, 2022).

A discriminação étnica e racial também é um problema significativo para migrantes que pertencem a grupos racializados. A marginalização racial pode afetar o acesso dos migrantes a serviços públicos, mercado de trabalho e até mesmo a proteção social. Isso pode gerar um ciclo de pobreza e exclusão, onde as diferenças étnicas e raciais perpetuam a desigualdade (Bú, 2024).

Barreiras culturais e linguísticas representam outro grande obstáculo para a integração dos migrantes. A falta de fluência no idioma local, o desconhecimento das normas culturais e a ausência de redes de apoio dificultam a inserção dos migrantes na sociedade e no mercado de trabalho. As vulnerabilidades de segurança estão entre as mais graves para os migrantes, que frequentemente são vítimas de violência, exploração e abusos enquanto estão em trânsito ou tentando se estabelecer em um

novo país. A violência policial contra migrantes é uma questão recorrente, especialmente nos países onde os migrantes estão em situação irregular (Bú, 2024).

O tráfico de pessoas é outro risco sério enfrentado pelos migrantes, particularmente mulheres e crianças. Organizações criminosas se aproveitam da vulnerabilidade dos migrantes, oferecendo promessas de transporte para países de destino, mas, na verdade, escravizando-os para exploração sexual ou trabalho forçado. Muitas dessas pessoas migrantes também são vítimas de extorsão e violência por parte de gangues e traficantes de drogas. Na América Central, onde as gangues têm grande poder, os migrantes frequentemente enfrentam ameaças de violência e extorsão, especialmente aqueles que tentam atravessar as fronteiras para os Estados Unidos (Chalub, 2022).

Os migrantes, especialmente os que estão fugindo de conflitos armados, violência ou desastres naturais, enfrentam altos níveis de trauma psicológico. O estresse pós-traumático, a ansiedade e a depressão são comuns entre migrantes, principalmente entre aqueles que sofreram abusos durante a jornada migratória ou que vivem em condições precárias nos países de destino (Rodrigues, 2021).

2.2.1 - Políticas Migratórias na América Latina

A América Latina possui uma diversidade de políticas migratórias, com cada país adotando medidas próprias para lidar com os fluxos de migrantes, seja em termos de regularização, controle de fronteiras, ou integração. Em geral, a região tem uma abordagem que varia do liberalismo à restrição, dependendo das circunstâncias políticas, econômicas e sociais de cada país. Analisar-se-á as políticas migratórias adotadas por alguns dos países mais afetados por fluxos migratórios (Anschau, 2024).

O Brasil tem uma das políticas migratórias mais inclusivas da região, especialmente após a aprovação da Lei de Migração em 2017, que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980. Essa nova legislação foi um marco, pois garante aos migrantes direitos iguais aos dos cidadãos brasileiros, inclusive em áreas como saúde, educação e trabalho. A Lei de Migração do Brasil também abrange o direito de reagrupamento familiar e assegura que a migração seja tratada como um direito humano, não como uma ameaça à segurança nacional, instituindo uma perspectiva de migração pautada nos direitos humanos e com repúdio à xenofobia (Gonella, 2023).

Além disso, o Brasil tem se destacado pela sua receptividade em relação aos migrantes venezuelanos, criando iniciativas como a Operação Acolhida em 2018, que tem sido um modelo de resposta humanitária e integração, oferecendo apoio para a distribuição de migrantes em diversas regiões do país, além de apoio psicológico e educacional (Machado, 2021). A Operação Acolhida tem sido um modelo de assistência e integração. Ela proporciona alojamento temporário, assistência jurídica, apoio psicossocial, e facilita o acesso a documentos de identidade e trabalho. O Brasil também criou um programa de reforço educacional para os filhos de migrantes venezuelanos e outros migrantes da América Latina, além de garantir o acesso aos sistemas públicos de saúde (Paiva, 2021).

O México adota uma abordagem mista em relação à migração, com um foco tanto na regulação quanto na segurança das fronteiras. Embora o país tenha uma legislação que assegura direitos básicos aos migrantes, como a Lei de Migração de 2011, que regula a entrada, permanência e saída de estrangeiros no país, visando controlar o fluxo migratório e garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos mexicanos. Conquanto, os migrantes, especialmente os centro-americanos, enfrentam sérias dificuldades devido a políticas mais rígidas em relação ao controle de fronteiras, impulsionadas pela pressão dos Estados Unidos. O Instituto Nacional de Migração (INM), responsável por monitorar e regular a migração, frequentemente realiza operações de contenção, e a violência contra as pessoas migrantes, incluindo abusos por autoridades, continua sendo uma preocupação (Lago, 2023).

Além disso, o México tem sido um país tanto de trânsito quanto de destino para migrantes. Muitos centro-americanos buscam atravessar o país em direção aos Estados Unidos, e o governo mexicano tem sido criticado por sua colaboração com as autoridades americanas na implementação de políticas migratórias mais restritivas, como a iniciativa de "terceiro país seguro" (que exige que migrantes solicitem asilo no México, e não nos EUA) (Lago, 2023).

A Argentina, por sua vez, tem sido reconhecida por sua abordagem aberta e inclusiva para com migrantes, especialmente desde a aprovação da Lei de Imigração de 2003, que facilitou o processo de regularização de migrantes e estabeleceu um sistema de residência permanente com direitos amplos para os estrangeiros. O país também tem sido receptivo em relação a migrantes venezuelanos, e os residentes de outros países latino-americanos, como bolivianos e paraguaios, formam uma parte significativa da população (Moreira, 2021). A Argentina tem uma tradição de políticas

migratórias baseadas no princípio de não discriminação, com um enfoque nos direitos humanos, permitindo que migrantes acessem os mesmos benefícios sociais que os cidadãos argentinos, como saúde, educação e aposentadoria (Moreira, 2021).

O Chile tem adotado políticas mais restritivas nos últimos anos, especialmente com a crescente migração venezuelana. Embora o país tenha uma longa história de imigração, com uma grande comunidade peruana e haitiana, as recentes mudanças na política migratória chilena, incluindo a Lei de Migração e Mobilidade, aprovada em 2021, que visa regular a entrada ilegal de estrangeiros, principalmente venezuelanos, e facilitar as expulsões administrativas, promovendo uma imigração regular e ordenada ao Chile, têm procurado regular e controlar os fluxos migratórios, impondo requisitos mais rígidos para a obtenção de vistos de residência (Dornelles, 2023).

Ali, as pessoas migrantes, especialmente venezuelanas, têm enfrentado dificuldades em termos de acesso a serviços públicos e integração no mercado de trabalho, além de experimentarem xenofobia e discriminação, tanto de parte da população quanto de autoridades. No entanto, o Chile tem se esforçado para fornecer programas de integração para aqueles que obtêm o status de residência (Dornelles, 2023).

A América Latina, além de suas políticas nacionais, tem uma forte tradição de cooperação internacional em relação à migração, com vários acordos regionais e compromissos com convenções internacionais que buscam proteger os direitos dos migrantes e promover soluções conjuntas para os fluxos migratórios.

A título de exemplo desta cooperação, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bloco que inclui Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia, adota uma política de liberdade de circulação para seus cidadãos. O protocolo de Residência para Nacionais de Estados Partes (2002) permite que os cidadãos dos países membros do MERCOSUL tenham direito à residência e ao trabalho nos outros países membros sem a necessidade de vistos ou outros processos burocráticos complexos. Esse acordo facilita a integração dos migrantes dentro da região e é uma forma de promover a mobilidade interna, particularmente entre os países do Cone Sul¹ (Vieira, 2023).

¹ O Cone Sul refere-se à região geográfica localizada na parte mais austral da América do Sul, abrangendo tradicionalmente Argentina, Chile e Uruguai. Em algumas definições, o Paraguai e partes do sul do Brasil (como os estados de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) também são incluídos devido a laços históricos, culturais e econômicos. Essa região é caracterizada por uma alta qualidade de vida e um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em comparação com outras partes da América Latina, refletindo um padrão socioeconômico

No entanto, a migração entre países não membros do bloco, como os migrantes venezuelanos ou haitianos, ainda enfrenta desafios, com alguns países adotando políticas mais restritivas à medida que aumentam os fluxos migratórios (Vieira, 2023).

O Pacto Global para Migração, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2018, estabelece princípios para uma abordagem mais ordenada e respeitosa da migração. Vários países latino-americanos, incluindo México e Brasil, endossaram o pacto, que busca promover os direitos humanos das pessoas migrantes e reforçar a cooperação internacional para reduzir os riscos e as vulnerabilidades que os migrantes enfrentam (Moraes, 2024). O pacto é uma resposta ao aumento dos fluxos migratórios e busca combater práticas como o tráfico de pessoas, as deportações em massa e a exploração dos migrantes, ao mesmo tempo que propõe medidas para assegurar um acesso mais igualitário a serviços públicos, educação e saúde (Moraes, 2024).

A Convenção de Refugiados de 1951, juntamente com o Protocolo de 1967, são marcos internacionais que estabelecem os direitos dos refugiados, incluindo o direito ao asilo e à não devolução (princípio que impede a deportação de refugiados para lugares onde eles possam ser perseguidos). O princípio da não devolução, ou *non-refoulement*, é um dos pilares do Direito Internacional dos Refugiados e está consagrado no artigo 33 da Convenção de 1951, proibindo que um Estado expulse ou devolva uma pessoa a um país onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas devido a cinco motivos: perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas (ACNUR, 2008). Entretanto, é importante notar que não é um princípio utilizado por todos os Estados membros da Convenção, os Estados Unidos são um destes Estados que não o utilizam.

A América Latina, por meio de organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), tem promovido o cumprimento desses princípios, especialmente com relação aos refugiados venezuelanos, que têm sido objeto de esforços regionais para proporcionar refúgio e assistência (Dittrich, 2024). O fluxo massivo de venezuelanos em busca de asilo tem gerado esforços regionais significativos para proporcionar refúgio e assistência adequada a esses indivíduos.

relativamente avançado (De Jesus, 2013). O Cone Sul é notável não apenas pela sua diversidade cultural e histórica, mas também por sua integração econômica e social, facilitada por acordos como o MERCOSUL.

Vários países latino-americanos, incluindo Brasil, Argentina e Chile, têm adotado o regime de asilo e refúgio para atender as necessidades dos venezuelanos que fugiram da crise política e humanitária em seu país. A crise migratória venezuelana é um exemplo claro de como os países latino-americanos têm respondido a fluxos migratórios massivos, com um foco em soluções humanitárias e integração regional (Dittrich, 2024). Embora os esforços sejam consideráveis, o número crescente de migrantes tem colocado pressão sobre os serviços públicos desses países, gerando desafios em termos de infraestrutura, segurança e políticas de emprego. O apoio internacional, principalmente do ACNUR e de organizações da sociedade civil, tem sido fundamental para apoiar as respostas dos países (Dittrich, 2024).

Essas ações são particularmente relevantes no contexto atual, onde os desafios enfrentados pelos refugiados venezuelanos exigem uma resposta coordenada e solidária por parte dos Estados latino-americanos, alinhando-se aos princípios internacionais estabelecidos pela Convenção de 1951 e pelo Protocolo de 1967 (ACNUR, 2008).

Os programas de integração dos migrantes são essenciais para garantir que eles possam se estabelecer de maneira digna e sustentável em seus novos países. Isso inclui o acesso a serviços públicos como saúde, educação e trabalho, além de políticas que promovem a inclusão social e a redução de barreiras culturais (Paiva, 2021).

O México, além de ser um país de trânsito para migrantes, tem se esforçado para criar centros de refúgio para atender a migrantes e refugiados, com foco no acolhimento humanitário. Os centros oferecem alimentação, saúde, abrigo e apoio psicológico, além de programas de regularização para refugiados e solicitantes de asilo (Brito, 2022).

Embora o México tenha uma legislação que garante direitos básicos aos migrantes, a implementação das leis ainda é inconsistente, e a violência contra migrantes permanece uma grande preocupação. Muitas vezes, os migrantes enfrentam abusos por parte das autoridades locais, como já mencionado, e a colaboração com os Estados Unidos na implementação de políticas restritivas tem sido criticada por aumentar a insegurança e as violações dos direitos humanos. Além disso, a exigência de que os migrantes solicitem asilo no México, como parte da iniciativa do "terceiro país seguro", tem sido vista como uma forma de "externalizar" a

responsabilidade de acolhimento e proteção, sem realmente garantir um ambiente seguro ou acolhedor para esses indivíduos.

O Chile, por sua vez, oferece a Residência Temporária Humanitária para migrantes venezuelanos, além de promover programas de inserção no mercado de trabalho, educação e saúde. No entanto, o país também enfrenta desafios relacionados à integração social, com uma população local que muitas vezes se opõe à chegada de migrantes, especialmente na medida em que as condições econômicas se deterioram (Augusto, 2024). O país tem enfrentado dificuldades em integrar migrantes, especialmente os venezuelanos, devido às políticas de imigração mais restritivas.

Apesar de oferecer a Residência Temporária Humanitária e programas de integração no mercado de trabalho, os migrantes enfrentam barreiras significativas, como xenofobia e discriminação. A implementação de políticas de imigração "mais ordenada", enquanto importante para regular a entrada de migrantes, não tem sido acompanhada de medidas suficientes para garantir a inclusão plena desses indivíduos na sociedade chilena, resultando em marginalização e dificuldades para acessar serviços essenciais.

Sobre o Brasil, embora tenha políticas inclusivas, como a Lei de Migração de 2017, que garante direitos iguais aos migrantes, o aumento do número de migrantes, especialmente os venezuelanos, tem sobrecarregado os serviços públicos do país. Isso pode resultar em desafios para a manutenção da qualidade do atendimento nas áreas de saúde, educação e habitação. Embora a Operação Acolhida tenha sido bem-sucedida em muitos aspectos, o número crescente de refugiados e migrantes coloca pressão sobre os recursos disponíveis, e há limitações em termos de infraestrutura e apoio contínuo a longo prazo.

Vale ressaltar que apesar de haver uma política de liberdade de circulação dentro do MERCOSUL para cidadãos de seus países membros, a migração de países fora do bloco, como a Venezuela e o Haiti, ainda é um desafio. Muitos países do MERCOSUL, como Brasil e Argentina, têm adotado políticas mais receptivas, mas a falta de uma estratégia regional integrada para lidar com os migrantes de fora do bloco tem gerado tensões e desigualdade no tratamento dos migrantes.

Destaca-se o fato que as políticas migratórias na América Latina são profundamente influenciadas pela conjuntura política, que pode tanto impulsionar avanços quanto resultar em retrocessos. A mudança de governo em um país pode

alterar drasticamente a forma como a migração é tratada, evidenciando a vulnerabilidade das políticas públicas às flutuações políticas.

Um exemplo recente disso pode ser observado na Argentina, onde a eleição de um novo governo em 2023 trouxe uma mudança significativa no tratamento da migração. Sob a administração anterior, a Argentina manteve uma política migratória inclusiva e acolhedora, com destaque para a Lei de Imigração de 2003, que facilitava a regularização de migrantes e garantias de direitos humanos.

No entanto, o novo governo de Javier Milei, eleito em 2023, adotou uma postura mais restritiva, com o fortalecimento de políticas de controle e limitação da imigração, especialmente em relação aos migrantes vindos de países como a Venezuela, que têm gerado pressões nas áreas de infraestrutura e serviços públicos da Argentina. A mudança de política deste país reflete como a migração, uma questão de direitos humanos e integração regional, pode ser reinterpretada e alterada por decisões políticas internas que, por sua vez, impactam diretamente as condições de vida dos migrantes e refugiados.

Esse é um dos exemplos que ilustra como o cenário político, frequentemente marcado por mudanças de governo e a ascensão de diferentes agendas ideológicas, pode influenciar de maneira decisiva as políticas migratórias, tanto para avanços quanto para retrocessos. O desafio é garantir que, independentemente da conjuntura política, as políticas migratórias mantenham-se comprometidas com os direitos humanos e a dignidade dos migrantes, equilibrando segurança, integração e solidariedade regional.

2.3 - Políticas Migratórias na América Latina e sua relação com os Estados Unidos

As políticas migratórias na América Latina são profundamente influenciadas pela relação com os Estados Unidos, já que esse país representa um papel crucial tanto como país de destino para muitas pessoas em processo migratório, quanto como um agente de pressão sobre as políticas migratórias de seus vizinhos.

Dentre os principais aspectos dessa relação, é possível citar que os Estados Unidos têm exercido grande pressão sobre países da América Latina, especialmente o México, para implementar políticas migratórias mais rígidas. Isso inclui a colaboração em operações de contenção e o fortalecimento da segurança nas fronteiras, visando controlar o fluxo de migrantes que tentam entrar nos EUA. A

iniciativa de "terceiro país seguro", que exige que os solicitantes de asilo se registrem no México antes de chegar aos EUA, exemplifica essa pressão (Monfredo, 2015).

O México, que atende tanto como país de trânsito quanto de destino, tem adotado uma abordagem mista em relação à migração. Embora haja, no país, legislações que garantam direitos básicos aos migrantes, a pressão dos EUA resultou em uma maior militarização das fronteiras e em operações que frequentemente resultam em abusos contra pessoas migrantes, especialmente aqueles provenientes da América Central (Lago, 2023).

Outros países latino-americanos também sentem os efeitos das políticas dos EUA. Por exemplo, como demonstrado anteriormente, a Argentina e o Brasil têm buscado manter políticas mais inclusivas e humanitárias em contraste com as abordagens mais restritivas promovidas pelos EUA. Entretanto, ainda assim a crise migratória na América Latina é exacerbada por fatores como pobreza e instabilidade política, especialmente na Venezuela e no Haiti. Os Estados Unidos têm sido criticados por não oferecer soluções adequadas para esses problemas e por concentrar-se mais em medidas de contenção do que em abordagens humanitárias (Sales, 2002). A tradicional cooperação regional entre os países latino-americanos vê sua eficácia frequentemente comprometida pela influência das políticas externas dos EUA, e a previsão é que as relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos continuem a moldar as políticas migratórias na região. A necessidade de um equilíbrio entre segurança e direitos humanos será crucial à medida que os países buscam responder às crises migratórias sem comprometer os direitos dos indivíduos (Piovani; Lanza, 2021).

Historicamente, os EUA têm sido um destino primário para muitos migrantes da América Latina; cerca de 70% dos migrantes latino-americanos residem nos Estados Unidos. A atual administração americana tem adotado medidas mistas em relação às pessoas migrantes que buscam ali refúgio e proteção. Em setembro de 2023, o presidente Joe Biden anunciou a concessão de proteção temporária a mais de 470 mil venezuelanos que viviam ilegalmente nos EUA. Essa política reflete uma tentativa de responder à crise humanitária na Venezuela enquanto simultaneamente endurece as restrições à imigração ilegal na fronteira (Bueno, 2023).

Além dessa, há outras políticas nos Estados Unidos que visam o bem-estar dos migrantes. Um exemplo é a Lei de Cuidados Acessíveis (Affordable Care Act - ACA), que expandiu o acesso ao seguro saúde, permitindo que muitos migrantes,

especialmente aqueles com status legal, tenham acesso a serviços médicos. O acesso à saúde é uma das principais preocupações para migrantes nos EUA e políticas como a ACA são um ponto de esperança. Entretanto, os imigrantes indocumentados enfrentam barreiras significativas. As pessoas migrantes podem, também, ter acesso a certos programas de assistência social, dependendo de seu status legal, como o Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) e o WIC (Women, Infants, and Children), que oferecem assistência nutricional a mulheres grávidas e crianças pequenas, incluindo algumas que são imigrantes. Estas políticas se encontram disponíveis para alguns migrantes legais, mas não para indocumentados.

Os migrantes também possuem direitos trabalhistas sob a legislação americana, que inclui proteção contra discriminação e exploração no trabalho. Organizações não governamentais frequentemente atuam para garantir que esses direitos sejam respeitados e muitas ONGs oferecem suporte direto aos migrantes, incluindo serviços jurídicos, assistência na busca de emprego e programas de integração comunitária. Essas organizações desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar dos migrantes.

Entretanto, essas e outras políticas encontram-se em iminente risco, dada a recente re-eleição do ex-presidente Donald Trump.

Conclui-se que as políticas migratórias na América Latina não podem ser analisadas isoladamente; elas são parte de um complexo sistema interligado que inclui influências externas significativas, especialmente dos Estados Unidos. Frente às futuras possibilidades para as pessoas migrantes nos Estados Unidos, se faz necessária a observação constante e “de perto” pelos próximos anos, cruciais para a compreensão de como será o funcionamento da segunda administração Trump e qual será sua posição e atitudes frente aos latino-americanos residentes nos EUA.

Uma das possibilidades de análise da relação dos Estados Unidos neste contexto é a Cúpula das Américas de 2022, realizada no contexto de uma crise migratória nos Estados Unidos, que se tratou de um espaço onde os líderes da região discutiram a cooperação em questões migratórias e como enfrentar as causas estruturais dessa migração, como a pobreza e a violência.

A Cúpula das Américas é uma reunião de cúpula entre os chefes de Estado do continente americano criada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de alcançar um nível maior de cooperação entre os países do continente [...]. Vale ressaltar que, desde sua primeira edição, em 1994, a Cúpula das Américas sempre fez muito alarde nos meios

de comunicação, apesar de entregar bem menos do que o prometido. Isso porque em nenhuma das oito edições anteriores foram vistos avanços significativos que pudessem mudar a qualidade do relacionamento entre os Estados Unidos e os países latino-americanos e caribenhos.

(Cordeiro; Lacerda. Observatório Político dos Estados Unidos, 2022)

A cúpula abordou a responsabilidade compartilhada entre os países da América Latina e os Estados Unidos, um ponto importante considerando o papel dominante dos EUA como destino migratório e sua influência sobre as políticas da região. Uma das principais discussões foi a busca por uma abordagem mais colaborativa e humanitária para lidar com os fluxos migratórios, que muitas vezes são tratados de forma mais punitiva, como se observa na intensificação das barreiras físicas e legais.

Embora a cúpula tenha sido uma tentativa de fortalecer a diplomacia regional, as pressões externas, como a dos Estados Unidos, continuam sendo um fator determinante no desenvolvimento dessas políticas migratórias. A proposta de "responsabilidade compartilhada" pode ser vista como uma forma de mitigar a pressão unilateral dos EUA sobre os países vizinhos, como o México, e encorajar soluções mais integradas para os desafios migratórios da região.

No ano de 2022, o governo Biden anunciou compromissos para ampliar a assistência a países de origem, como El Salvador, Guatemala e Honduras, com o objetivo de reduzir as causas da migração forçada. Além disso, o plano de mobilização de refugiados e migrantes, discutido durante a Cúpula, procurou garantir mais oportunidades de legalização para os migrantes, sem, no entanto, enfraquecer a segurança nas fronteiras americanas.

Entretanto, o impacto da Cúpula das Américas de 2022 na política migratória dos Estados Unidos e na América Latina, apesar das promessas de uma maior colaboração regional, ainda mantém os mesmos desafios, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre direitos humanos e controle das fronteiras. O evento deixou claro que, embora a retórica de cooperação tenha ganhado força, a implementação de soluções concretas segue sendo uma questão complexa, ainda fortemente influenciada pelas políticas migratórias dos EUA.

3. METODOLOGIA

Para compreender como as principais discussões acerca dos desafios no processo migratório, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. Este tipo de revisão visa fornecer uma visão abrangente das pesquisas sobre um tema específico dentro da comunidade acadêmica. A revisão integrativa, conforme proposto por Whitemore e Knafl (2005), permite um panorama mais amplo sobre o assunto, ajudando a definir conceitos, revisar teorias e evidências, além de analisar questões metodológicas.

Neste estudo, a revisão de literatura teve como objetivo ampliar a compreensão das pesquisas relacionadas aos desafios do processo migratório. A metodologia adotada seguiu as cinco etapas estabelecidas por Whitemore e Knafl (2005): 1 - Identificação do problema; 2 - Pesquisa bibliográfica; 3 - Avaliação dos dados; 4 - Análise dos dados; e 5 - Discussão.

Na primeira etapa, a identificação do problema, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as principais discussões acerca das vulnerabilidades enfrentadas por imigrantes e qual a relação entre a migração na América Latina e os Estados Unidos? A partir dessa pergunta, realizou-se a pesquisa bibliográfica nas bases de Google Scholar, Scopus e SciELO (Scientific Electronic Library Online), escolhidas por sua reputação e ampla aceitação entre pesquisadores de diversas áreas. Utilizou-se dos seguintes descritores de busca: “migração AND imigrantes”; “vulnerabilidades AND migração AND desafios/América Latina”; “migração AND América Latina AND Estados Unidos”, sendo o termo migração escolhido para incluir o maior número possível de pesquisas relacionadas ao tema abordado.

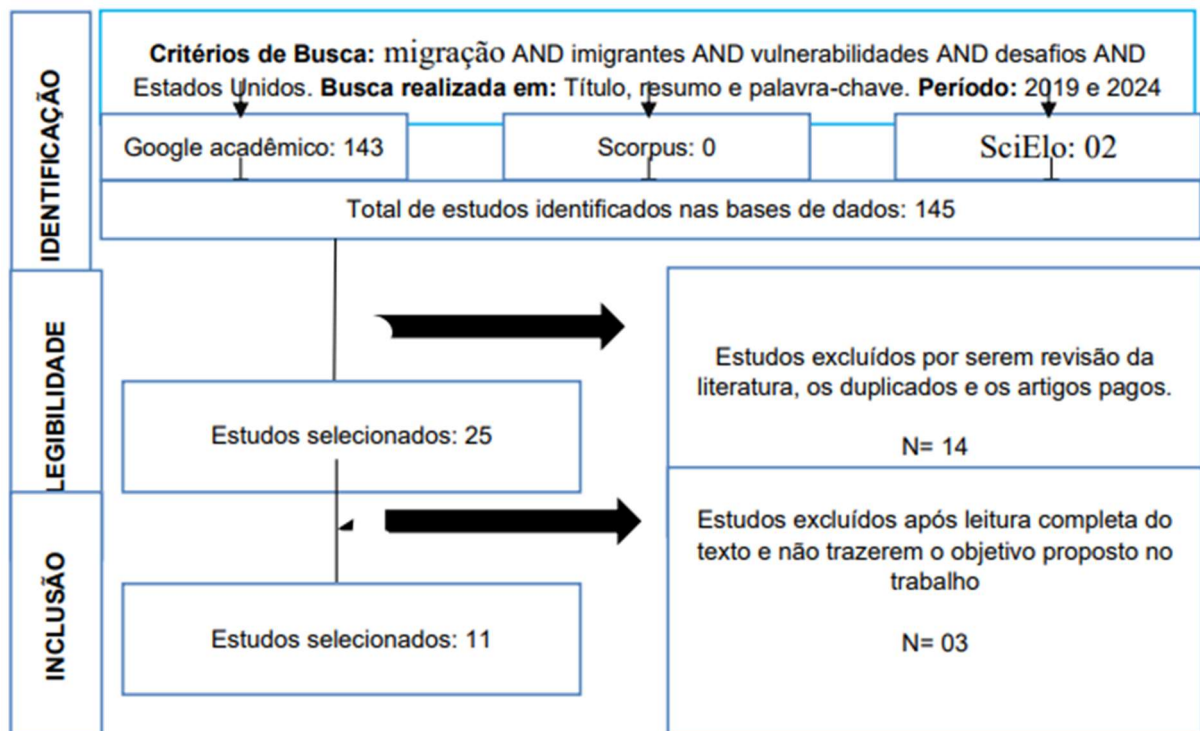
Os critérios de delimitação para a pesquisa foram artigos publicados nos últimos 5 anos, especificamente entre 2019 e 2024, nos idiomas português, espanhol e inglês. Os critérios de exclusão: artigos não disponíveis na íntegra, pagos, duplicados, estudos que não abordem diretamente as vulnerabilidades e desafios no processo migratório e/ou sua relação com os Estados Unidos. Assim, os critérios de inclusão foram: dissertações, teses, artigos, estudos empíricos, ensaios clínicos que estão no intervalo de tempo do recorte temporal.

Após aplicar os critérios de delimitação, foram identificados 145 artigos, cujos resumos foram revisados para verificar a relevância com o tema da pesquisa. Desses, 25 artigos se mostraram alinhados com o tema proposto. No entanto, após a leitura

completa desses artigos, três foram encontrados tratando de assuntos distintos e, portanto, foram excluídos.

Assim, restaram 11 artigos que constituem a amostra final deste estudo (etapa 3). Após definir a amostra, todos os artigos selecionados foram lidos e analisados usando uma matriz de síntese (etapa 4), com a aplicação da análise temática conforme proposto por Braun e Clarke (2006). Os resultados dessa análise foram então utilizados para a redação final do trabalho (etapa 5). Esse estudo contribui, assim, para uma discussão mais rica e fundamentada sobre os desafios enfrentados pelos migrantes na América Latina.

Figura 1 - Fases da identificação de estudos elegíveis à Revisão de Literatura



Fonte: Autoria própria (2024)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões foram subdivididos em 4 tópicos que trazem os desafios e fragilidades do processo migratório em diferentes fases, sendo elas: na nação de origem, durante a jornada migratória e, por fim, nos países de acolhimento. O quarto tópico trata de uma visão geral acerca da situação das pessoas migrantes nos Estados Unidos.

Estes estão apresentados e discutidos nos tópicos a seguir.

4.1 Fase do processo migratório: Nação de origem

Quadro 1 - Fase do processo migratório: Nação de origem

ANO / AUTOR	DESAFIOS E FRAGILIDADES	CONTEXTO DE DISCUSSÃO
2022 / Silva	Violência e crime organizado: A violência ligada a gangues, carteis de drogas e grupos armados afasta milhões de pessoas de suas casas.	Países como El Salvador, Guatemala e Honduras enfrentam taxas de homicídios muito altas, o que força que as pessoas apelem à migração em busca de segurança.
2022 / Vallarroel	Falta de oportunidades econômicas: Há, nos países de origem, uma alta taxa de desemprego, salários baixos e desigualdade social.	A crise econômica em países como Venezuela e El Salvador impulsiona a migração em busca de melhores condições de vida e trabalho.
2023 / Pereira	Desastres naturais e mudanças climáticas: Desastres como secas, enchentes e furacões afetam a segurança alimentar e a habitabilidade.	Mudanças climáticas também têm sido uma força motriz significativa para migração, especialmente em regiões vulneráveis, como a América Central.
2024 / Quintanilha	Instabilidade política: Corrupção, repressão política, violência e falta de governança.	A instabilidade política em muitos países latino-americanos (como Venezuela, Nicarágua e Honduras) tem levado a uma migração forçada em massa.

Fonte: Autoria própria (2024)

O quadro apresentado reflete de maneira detalhada alguns dos principais desafios enfrentados pelos migrantes na América Latina, especialmente no que diz respeito às fragilidades presentes em suas nações de origem. Cada autor e ano mencionado traz uma contribuição relevante para o entendimento das causas e do contexto da migração na região, permitindo uma análise mais profunda das dinâmicas que impulsionam esse fenômeno.

Em 2022, Silva destaca a violência e o crime organizado como fatores determinantes para o deslocamento forçado de milhões de pessoas na América

Central e América Latina. A violência ligada a gangues, cartéis e grupos armados, como os observados em países como El Salvador, Guatemala e Honduras, cria um ambiente de insegurança extrema. Esses países enfrentam taxas de homicídios extremamente altas, o que torna a permanência nas comunidades cada vez mais insustentável. Para muitas pessoas, a migração se torna uma questão de sobrevivência, e muitos buscam refúgio em países vizinhos ou ainda mais distantes, como os Estados Unidos ou o México, fugindo da perseguição e da violência cotidiana. Esse cenário de insegurança é um dos maiores motores da migração forçada na região, resultando em um fluxo contínuo de pessoas que procuram novas oportunidades de vida em locais mais seguros. A urgência dessa situação é evidenciada por relatos de famílias inteiras que abandonam seus lares em busca de um futuro menos ameaçador.

Ainda em 2022, Vallarroel aponta outra fragilidade significativa para os migrantes latino-americanos: a falta de oportunidades econômicas. Em países como Venezuela e El Salvador, a elevada taxa de desemprego, salários baixos e desigualdade social formam um conjunto de fatores que empurram grandes porções da população para a migração. A crise econômica nesses países, exacerbada pela corrupção e pela má gestão dos recursos, tem levado muitas pessoas a buscar uma vida melhor em outros lugares. A migração, portanto, se configura como uma estratégia de sobrevivência econômica, onde os indivíduos e as famílias buscam melhores condições de trabalho, educação e qualidade de vida, longe de um cenário de estagnação econômica. No caso da Venezuela, por exemplo, a hiperinflação e a escassez de bens essenciais têm forçado milhões a buscar novos horizontes, principalmente em países vizinhos como o Brasil, Colômbia e outros países da América do Sul. Essa busca por melhores condições reflete não apenas uma necessidade imediata, mas também um desejo profundo por mais dignidade e estabilidade.

O impacto das mudanças climáticas também é destacado por Pereira em 2023, que aborda como desastres naturais, como secas prolongadas, enchentes e furacões, têm afetado a segurança alimentar e a habitabilidade em várias regiões da América Latina. Esse fenômeno tem se mostrado cada vez mais uma força motriz por trás da migração, especialmente em países da América Central, que são vulneráveis a eventos climáticos extremos. A mudança no padrão das estações e o aumento da frequência de desastres naturais resultam em colapsos agrícolas, escassez de

recursos hídricos e a perda de terras cultiváveis, o que obriga muitas famílias a abandonar suas casas e procurar refúgio em outras regiões. Além disso, a insegurança alimentar gerada por essas mudanças climáticas também se torna um impulsionador significativo da migração, com pessoas em busca de lugares mais seguros e com maior acesso a recursos básicos.

Por fim, Quintanilha, em 2024, enfoca a instabilidade política como uma das principais causas da migração forçada na região. A corrupção generalizada, a intensa repressão política, a violência e a falta de governança em países como Venezuela, Nicarágua e Honduras têm levado milhões de pessoas a abandonar seus lares e procurar novos destinos. O autor aponta que em muitos desses países, a situação política se tornou insustentável para uma parte significativa da população, que vê a migração como uma maneira de escapar da opressão sistemática, da falta de direitos civis básicos e das ameaças constantes de perseguição política. A instabilidade política — muitas vezes associada a regimes autoritários ou a governos incapazes de garantir ordem pública e direitos humanos — tem gerado fluxos migratórios em massa que não apenas afetam os indivíduos diretamente envolvidos, mas também criam uma pressão adicional sobre os países vizinhos e suas políticas migratórias.

Em resumo, os fatores destacados pelos autores se inter-relacionam e evidenciam a complexidade das causas da migração na América Latina. A desenfredda nas comunidades locais, as dificuldades econômicas persistentes, os desastres naturais devastadores e a instabilidade política crônica formam um quadro multidimensional que força milhões de pessoas a deixar suas casas, muitas vezes em busca de segurança, dignidade e melhores condições de vida. Esses desafios estruturais não apenas impactam a mobilidade interna e externa das pessoas migrantes mas também colocam pressão sobre os países que acolhem essas populações vulneráveis. Portanto, é imperativo que haja uma resposta coordenada e eficaz para lidar com as questões humanitárias e socioeconômicas que surgem desse processo migratório complexo.

4.2 Fase do processo migratório: Durante a jornada migratória

Quadro 2 – Fase do processo migratório: Durante a jornada migratória

ANO / AUTOR	CONTEXTO DE DISCUSSÃO	CONTEXTO DE DISCUSSÃO
----------------	-----------------------	-----------------------

2020 / Souza	Falta de acesso à saúde e assistência humanitária: Durante a jornada, muitos migrantes não têm acesso a cuidados médicos básicos e serviços essenciais.	O deslocamento prolongado e as condições de vida precárias podem resultar em doenças ou agravar condições de saúde já existentes, exacerbadas pela falta de acesso à saúde.
2020 / Werlang	Riscos de violência e abuso: Migrantes enfrentam sequestros, extorsão, assédio e violência física, principalmente em rotas informais e pouco supervisionadas.	Pessoas migrantes que tentam atravessar a América Central e o México muitas vezes enfrentam condições precárias e risco constante de serem vítimas de crimes, especialmente mulheres e crianças.
2024 / Melo	Falta de recursos financeiros: Muitos migrantes não têm recursos suficientes para pagar por transporte seguro ou serviços essenciais ao longo da jornada.	A pobreza estrutural limita as opções de transporte e apoio, levando muitos a tomar rotas mais perigosas ou a depender de traficantes de pessoas.

Fonte: Autoria própria (2024)

O quadro apresentado acerca da fase da jornada migratória destaca diversos desafios que os migrantes enfrentam ao longo do caminho, refletindo as condições precárias em que muitos se veem obrigados a viver enquanto buscam segurança ou melhores condições de vida em países vizinhos ou distantes. Os desafios identificados por Souza (2020), Werlang (2020) e Melo (2024) mostram um panorama sombrio e complexo da migração na América Latina, em que as dificuldades se ampliam quando os migrantes deixam seus países de origem e enfrentam a dura realidade das inseguras rotas migratórias.

Em 2020, Souza discutiu a falta de acesso à saúde e assistência humanitária, um dos maiores obstáculos durante a jornada migratória. O deslocamento prolongado e as condições precárias em que muitos migrantes se encontram podem resultar em problemas de saúde que, sem o devido atendimento, se agravam rapidamente. Por exemplo, a desidratação, as infecções devido à falta de saneamento básico, e doenças infecciosas, muitas vezes se tornam mais comuns devido às péssimas condições de vida ao longo da rota. Além disso, a ausência de cuidados médicos essenciais, como vacinas e tratamentos para doenças crônicas, pode ter consequências desastrosas para aqueles que já estão vulneráveis. A falta de acesso à saúde também é exacerbada pelo medo de ser detido ou deportado ao procurar ajuda, especialmente em países que têm políticas migratórias rígidas. A assistência humanitária se mostra, muitas vezes, escassa, e as pessoas em processos migratórios se veem desamparadas diante das necessidades mais básicas, o que contribui para o sofrimento físico e psicológico durante a jornada. Essa situação é

ainda mais crítica ao se tomar rotas migratórias em áreas remotas, onde os serviços de saúde são limitados ou inexistem, forçando os migrantes a enfrentar riscos adicionais para sua saúde.

Werlang (2020) aponta outro problema crítico: os riscos de violência e abuso que permeiam as rotas migratórias. Migrantes que percorrem rotas informais e pouco supervisionadas, especialmente na América Central e no México, enfrentam uma série de perigos. Os relatos de sequestros, extorsões, assédios sexuais e violência física são comuns e afetam desproporcionalmente mulheres e crianças. Muitas vezes, as autoridades locais não apenas falham em proteger os migrantes, mas também são coniventes com os traficantes de seres humanos ou outras organizações criminosas que exploram os vulneráveis. Em rotas como a que atravessa o México, migrantes são frequentemente vítimas de violência por parte de gangues e até de forças de segurança, que se aproveitam de sua vulnerabilidade. Além disso, as mulheres, em particular, enfrentam um risco particularmente elevado de violência sexual e exploração, tornando a jornada ainda mais perigosa e traumática para elas. A ausência de políticas eficazes de proteção e a falta de fiscalização nas fronteiras deixam os migrantes expostos a esses abusos, e muitas vezes esses crimes passam despercebidos ou são ignorados pelas autoridades.

Já em 2024, Melo destacou a falta de recursos financeiros como uma das principais dificuldades que os migrantes enfrentam durante sua jornada. Muitas dessas pessoas migrantes vêm de contextos de extrema pobreza e, portanto, não têm condições financeiras de pagar por transporte seguro ou acessar serviços essenciais como alimentação, água potável e cuidados médicos. Essa falta de recursos os obriga a tomar rotas mais arriscadas, onde a chance de serem vítimas de violência ou de sofrer outras adversidades aumenta consideravelmente. Além disso, a escassez financeira faz com que muitos dependam de traficantes de pessoas ou grupos criminosos que oferecem ajuda a um custo elevado, geralmente em troca de exploração ou trabalho forçado. Isso cria um ciclo de vulnerabilidade ainda maior; além das dificuldades inerentes à migração, muitos acabam em situações de escravidão moderna ou tráfico humano, sem possibilidades reais de escapar ou obter apoio.

Esses três fatores — a falta de acesso à saúde e assistência humanitária, os riscos de violência e abuso, e a escassez de recursos financeiros — se entrelaçam e agravam ainda mais a condição dos migrantes durante sua jornada. O sofrimento físico, mental e emocional que os migrantes experimentam não é apenas o resultado

isolado de um único fator; é uma combinação complexa e interligada de obstáculos que tornam a migração ainda mais difícil e perigosa. Esses desafios são amplificados pela falta de uma resposta coordenada e eficaz, tanto nos países de origem quanto nos de trânsito, o que coloca os migrantes em uma situação de extrema vulnerabilidade. Além disso, as políticas migratórias frequentemente adotam uma abordagem punitiva ou restritiva, tratando os migrantes como criminosos ou pessoas a serem "contidas", ao invés de adotar uma postura mais humanitária e protetiva. Isso resulta em um ciclo de sofrimento contínuo e em um aumento da marginalização, pois muitos migrantes não encontram nas rotas migratórias oportunidades reais para refúgio ou reconstrução da vida, mas sim um caminho repleto de riscos iminentes e adversidades constantes.

Os resultados apontam que a jornada migratória na América Latina é marcada por uma série de fragilidades que afetam diretamente os migrantes, tornando o processo não apenas um deslocamento físico, mas uma verdadeira luta pela sobrevivência em meio a condições adversas. A falta crônica de acesso a serviços essenciais, o risco constante da violência predatória e a escassez severa de recursos financeiros configuram um cenário alarmante onde cada dia da jornada representa um desafio adicional à dignidade humana e aos direitos humanos das pessoas migrantes.

Essas questões precisam ser abordadas com urgência por meio da implementação de políticas públicas eficazes e da promoção de uma maior cooperação internacional. É fundamental buscar não apenas proteger os direitos dos migrantes durante suas jornadas, mas também melhorar as condições sociais e econômicas nas regiões de origem para reduzir assim a necessidade premente da migração forçada.

4.3 Fase do processo migratório: Nos países de acolhimento

Quadro 3 – Fase do processo migratório: Nos países de acolhimento

ANO / AUTOR	CONTEXTO DE DISCUSSÃO	CONTEXTO DE DISCUSSÃO
2021 / Capistrano	Exclusão do mercado de trabalho: Falta de reconhecimento de qualificações profissionais e barreiras ao emprego formal.	Muitos migrantes, especialmente aqueles vindos de países como Haiti e Venezuela, não conseguem encontrar emprego digno devido à falta de validação de suas qualificações profissionais ou barreiras linguísticas

2021 / Costa	Desafios de regularização e acesso a direitos: Dificuldade para obter documentos legais, trabalho formal e acesso a serviços de saúde e educação.	A falta de regularização legal impede muitos migrantes de obter benefícios como atendimento médico, educação ou trabalho formal, tornando-os ainda mais vulneráveis.
2022 / Ribeiro	Condições de habitação precárias: Muitos migrantes vivem em condições de habitação precárias, como abrigos temporários ou nas ruas, com acesso limitado a infraestrutura básica	As condições de habitação em áreas de acolhimento, especialmente em cidades fronteiriças ou periferias urbanas, são muitas vezes insustentáveis e expõem os migrantes a riscos elevados.
2023 / Vargas	Xenofobia e discriminação: Migrantes enfrentam discriminação com base em sua nacionalidade, etnia e status legal, o que dificulta sua integração social e econômica.	Em muitos países da América Latina, como Brasil, Chile e Argentina, migrantes enfrentam preconceito e marginalização, o que agrava sua vulnerabilidade.

Fonte: Autoria própria (2024)

O quadro sobre a fase do processo migratório nos países de acolhimento revela as diversas dificuldades que os migrantes enfrentam ao tentar se estabelecer em uma nova sociedade, refletindo as fragilidades dos sistemas de acolhimento e as condições sociais, políticas e econômicas que os tornam ainda mais vulneráveis. Os estudos de Capistrano (2021), Costa (2021), Ribeiro (2022) e Vargas (2023) detalham desafios importantes, como a exclusão do mercado de trabalho, a dificuldade de regularização, as condições de habitação precárias e os problemas relacionados à xenofobia e discriminação. Esses fatores são determinantes para o sucesso ou fracasso da integração dos migrantes e afetam diretamente sua qualidade de vida.

Capistrano (2021) discute a exclusão dos migrantes do mercado de trabalho, um problema recorrente em diversos países de acolhimento, especialmente em nações latino-americanas que recebem fluxos migratórios massivos, como o Brasil e a Argentina. Um dos principais obstáculos que muitos migrantes enfrentam é a falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais, o que impede que acessem empregos dignos e compatíveis com suas habilidades. Essa situação é agravada pela barreira linguística e pela falta de uma rede de contatos locais, fatores que dificultam ainda mais sua inserção no mercado de trabalho formal. No caso de migrantes vindos de países como Haiti e Venezuela, por exemplo, as dificuldades são ainda mais intensas, já que muitos têm de se contentar com empregos informais ou precários, frequentemente em condições de exploração e sem qualquer tipo de benefício trabalhista. Essa exclusão do mercado de trabalho afeta diretamente a capacidade

dos migrantes de se sustentarem e se integrarem economicamente na nova sociedade, gerando um ciclo de pobreza e marginalização que pode durar gerações.

Costa (2021) destaca outro grande desafio enfrentado pelos migrantes: os obstáculos à regularização e o acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação. Em muitos países da América Latina, a falta de documentos legais ou a dificuldade de obtenção de um status migratório regular impede que os migrantes acessem serviços essenciais, criando uma situação de precariedade e vulnerabilidade. Muitos migrantes, especialmente aqueles que fogem de regimes autoritários ou de situações de extrema pobreza, não possuem a documentação necessária para garantir o direito ao trabalho formal ou ao acesso à saúde pública e à educação. Essa falta de regularização coloca os migrantes em uma situação de "ilegalidade" ou "irregularidade", dificultando sua inclusão plena na sociedade e expondo-os a riscos significativos como a detenção, deportação ou exploração por parte de empregadores inescrupulosos. Além disso, essa invisibilidade legal os impede de construir uma vida estável e de longo prazo no país de acolhimento, perpetuando sua marginalização social e econômica.

Em 2022, Ribeiro discutiu as condições de habitação precárias enfrentadas por muitos migrantes, uma questão crítica para aqueles que chegam às grandes cidades em busca de melhores oportunidades. Muitos acabam vivendo em abrigos temporários, em favelas ou até mesmo nas ruas, em condições insalubres e sem acesso a infraestrutura básica necessária para uma vida digna, como água potável, esgoto ou eletricidade. As áreas designadas para acolhimento, especialmente nas cidades fronteiriças ou nas periferias urbanas, muitas vezes não estão preparadas para receber um grande número de pessoas migrantes, e isso leva ao colapso das infraestruturas locais e à superlotação das moradias disponíveis. Essa falta de condições adequadas de moradia não apenas compromete a saúde e o bem-estar dos migrantes — expondo-os a doenças infecciosas e problemas psicológicos — mas também prejudica sua capacidade de se integrar socialmente. A precariedade habitacional afeta diretamente a integração social e econômica, pois sem um local estável para morar, torna-se difícil para os migrantes estabelecerem raízes, buscar empregos estáveis ou educar seus filhos, perpetuando sua condição de vulnerabilidade.

Vargas (2023) aborda a questão da xenofobia e discriminação como um fator extra que agrava a situação dos migrantes nos países de acolhimento. A

discriminação com base na nacionalidade, etnia e status legal é uma realidade em muitos países latino-americanos, o que dificulta a integração dos migrantes e os coloca em uma posição de marginalização. Em países como Brasil, Chile e Argentina, as pessoas migrantes, especialmente aquelas vindas de países como Haiti, Venezuela e Bolívia, enfrentam preconceito racial intenso, estigmatização social e exclusão social sistemática. A xenofobia manifesta-se de várias formas, como no acesso limitado a serviços públicos, no mercado de trabalho e em situações cotidianas, como o tratamento desigual pela polícia ou pelas autoridades. Essa discriminação não apenas impede que os migrantes estabeleçam laços significativos com as comunidades locais — fundamentais para sua integração — mas também gera tensões sociais que podem resultar em conflitos comunitários, gerando tensões sociais e reforçando a exclusão. O preconceito contra os migrantes não é apenas um obstáculo à sua integração social, mas também uma violação grave dos direitos humanos, já que mina sua dignidade humana e limita suas oportunidades para crescimento pessoal e desenvolvimento.

Esses quatro aspectos — a exclusão do mercado de trabalho, os desafios à regularização legal, as condições habitacionais precárias e a xenofobia — estão interligados entre si e formam um ciclo vicioso que perpetua a vulnerabilidade dos migrantes nos países acolhedores. A exclusão econômica combinada com a dificuldade em acessar direitos essenciais faz com que muitos migrantes se vejam forçados a viver em condições extremas de pobreza, o que, por sua vez, alimenta a discriminação social e a marginalização. A falta de uma resposta institucional eficaz para lidar com a diversidade migratória e a ausência de políticas públicas inclusivas tornam o processo de acolhimento ainda mais desafiador — não apenas para os migrantes mas também para os países que os acolhem, que enfrentam tensões sociais e econômicas adicionais. Dessa forma, a integração dos migrantes não deve ser vista apenas como um desafio de adaptação dos indivíduos, mas como uma questão de justiça social e de respeito aos direitos humanos, que exige uma ação coordenada e sensível por parte dos governos e da sociedade civil.

Dessa forma, é crucial entender que a integração dos migrantes não deve ser vista apenas como um desafio individual relacionado à adaptação; deve ser abordada como uma questão fundamental de justiça social e respeito aos direitos humanos. Essa perspectiva exige ações coordenadas por parte dos governos locais e da sociedade civil para garantir não apenas o acolhimento digno dos migrantes, mas

também o fortalecimento das comunidades receptoras através da promoção da inclusão social.

Além disso, é importante ressaltar que o papel das organizações não governamentais (ONGs) pode ser vital nesse processo. Muitas ONGs trabalham incansavelmente para oferecer apoio legal aos migrantes na busca pela regularização documental, além de fornecer serviços essenciais como assistência médica básica e programas educacionais adaptados às necessidades específicas dessa população vulnerável. Essas iniciativas ajudam não apenas na mitigação das dificuldades imediatas enfrentadas pelos migrantes, mas também contribuem para sua inclusão social ao longo prazo.

Por fim, é imprescindível promover campanhas educativas nas comunidades locais sobre os direitos dos migrantes e as contribuições positivas que eles podem trazer ao país acolhedor. A sensibilização da população local pode ajudar na redução da xenofobia e na construção de um ambiente mais inclusivo onde todos possam coexistir pacificamente.

4.4 Uma visão geral da situação das pessoas migrantes nos EUA

Quadro 4 – Situação dos migrantes nos EUA

ANO / AUTOR	CONTEXTO DE DISCUSSÃO	CONTEXTO DE DISCUSSÃO
2023 / Purdy	Políticas migratórias contraditórias: A administração Biden anunciou a concessão de proteção temporária a mais de 470 mil venezuelanos, refletindo uma tentativa de abordar a crise humanitária na Venezuela.	Ao mesmo tempo em que anunciou as concessões de proteção temporária, o governo endureceu as restrições à imigração ilegal, resultando em um cenário confuso para os migrantes que buscam segurança e melhores condições de vida nos EUA.
2024 / Migration Policy Institute (MPI)	Muitos imigrantes, mesmo após anos nos EUA, continuam sem direitos básicos, como acesso à saúde e cidadania.	A situação é ainda mais complicada para aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade, enfrentando discriminação e dificuldades econômicas em um país que prometeu oportunidades.
2024 / Human Rights Watch	Impacto da imigração na sociedade americana: A imigração latina, especialmente dos venezuelanos, tem aumentado significativamente, mas muitos ainda são vistos como "outsiders".	Essa percepção das pessoas imigrantes como "outsiders" contribui para a marginalização dos imigrantes e para a dificuldade em integrar-se plenamente à sociedade americana, apesar de suas significativas contribuições econômicas e sociais.

Fonte: Autoria própria (2024)

O quadro apresentado sobre a fase da situação dos migrantes nos Estados Unidos destaca os desafios multifacetados que os imigrantes latino-americanos

enfrentam no país. As políticas migratórias frequentemente contraditórias refletem uma abordagem complexa e muitas vezes confusa em relação da administração estadunidense frente à imigração, especialmente para os venezuelanos que fogem de uma crise humanitária severa.

Em 2023, Purdy discutiu as políticas migratórias contraditórias da administração Biden. A concessão de proteção temporária a mais de 470 mil venezuelanos é uma tentativa de responder à crise humanitária na Venezuela, mas ao mesmo tempo, o endurecimento das restrições à imigração ilegal cria um ambiente hostil para muitos que buscam asilo nos EUA. No mesmo ano da análise de Purdy, mais de 130 mil venezuelanos foram acolhidos por meio de programas de Temporary Protected Status (TPS), mas o governo também intensificou a implementação de políticas de detenção e deportação. Essa dualidade nas políticas gera incertezas e frustrações entre os migrantes que esperam encontrar segurança e oportunidades. Além disso, muitos se sentem desamparados diante da falta de informações claras sobre seus direitos e opções legais, o que agrava ainda mais a sensação de insegurança e vulnerabilidade.

O Migration Policy Institute (2024), por sua vez, destaca que muitos imigrantes, mesmo após anos vivendo nos Estados Unidos, continuam sem acesso a direitos básicos, como saúde e cidadania. Segundo o MPI, mais de 10 milhões de imigrantes indocumentados vivem nos EUA, e cerca de 40% deles não têm acesso a cuidados médicos regulares, o que exacerba sua vulnerabilidade. Essa situação é particularmente difícil para aqueles que vêm de contextos vulneráveis e enfrentam discriminação sistemática. A falta de suporte adequado contribui para a perpetuação da pobreza entre os imigrantes, que muitas vezes se encontram em empregos mal remunerados e sem garantias sociais. O estigma associado à sua condição migratória também pode levar à exclusão social, dificultando a formação de redes de apoio que são cruciais para a adaptação em um novo país.

A Human Rights Watch (2024) também enfatiza o impacto da imigração na sociedade americana. Embora os venezuelanos e outros latino-americanos contribuam ativamente e significativamente para a economia dos EUA, eles frequentemente são vistos como "outsiders", o que dificulta sua plena integração social. Relatórios de 2024 da *Human Rights Watch* indicam que imigrantes latinos enfrentam um aumento na discriminação racial, com mais de 60% dos imigrantes venezuelanos no sul da Flórida relatando discriminação em empregos e escolas, apesar de sua contribuição

vital para as economias locais. Essa percepção negativa perpetua a marginalização e limita as oportunidades para muitos imigrantes que buscam construir uma nova vida no país. Em muitos casos, essa visão distorcida é alimentada por narrativas midiáticas que retratam os imigrantes de forma negativa, ignorando suas contribuições positivas e o potencial que trazem para as comunidades locais.

Esses fatores — políticas contraditórias, falta de direitos básicos e percepções sociais negativas — interagem para criar um ambiente desafiador para os migrantes latino-americanos nos Estados Unidos. É crucial abordar essas questões com políticas públicas eficazes que não apenas protejam os direitos dos migrantes, mas também promovam sua integração na sociedade americana. Isso inclui iniciativas que incentivem o diálogo intercultural e a educação sobre diversidade, visando desconstruir preconceitos e fomentar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos. Essa versão ampliada acrescenta mais detalhes sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, além de explorar as consequências sociais das percepções negativas sobre eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados nas tabelas, que analisam as diferentes etapas do processo migratório na América Latina, e a relação dessa imigração com os Estados Unidos, é possível afirmar que a migração na área é um fenômeno intrincado e diversificado, caracterizado por desafios diversos e marcado por vulnerabilidades que impactam os migrantes em seus países de origem, durante a travessia e nos locais de recepção. Cada uma dessas etapas revela questões essenciais que exigem atenção imediata e integrada para assegurar a proteção dos direitos humanos e a dignidade das pessoas migrantes.

Nos países de origem, estas pessoas lidam com uma realidade permeada por violência, escassez de oportunidades econômicas, desastres naturais e instabilidade política. Pesquisas realizadas evidenciam que a criminalidade organizada, o elevado índice de desemprego, a crise econômica e as mudanças climáticas atuam como fatores que forçam milhões a abandonar seus lares em busca de segurança e melhores condições de vida. Esses obstáculos ressaltam a urgência de políticas públicas que tratem das causas estruturais da imigração, com foco na diminuição das desigualdades sociais, na proteção contra a violência e na promoção de uma governança política mais estável e transparente.

Durante o processo migratório, as pessoas migrantes lidam com uma série de desafios adicionais. Além disso, nota-se que a ausência de acesso a serviços de saúde e assistência humanitária, os perigos de violência e abuso, além da falta de recursos financeiros, tornam a experiência ainda mais perigosa e traumática. A trajetória é frequentemente permeada por agressões físicas, exploração por parte de traficantes de seres humanos e graves problemas de saúde devido à carência de cuidados médicos adequados. Esses aspectos ressaltam a urgência de uma resposta humanitária mais eficiente ao longo das rotas de imigração, incluindo a implementação de corredores humanitários e redes de apoio à saúde, bem como a proteção contra violência e exploração.

Por último, é fundamental promover uma colaboração mais estreita entre as nações da América Latina e com entidades internacionais, visando estabelecer uma estratégia regional integrada que reconheça a migração como um fenômeno essencial e não como um mero desafio a ser abordado isoladamente. A implementação de sistemas de solidariedade e assistência recíproca entre os países da região, assim como o fortalecimento da ajuda humanitária ao longo do percurso migratório, são

ações essenciais para assegurar a proteção dos direitos dos migrantes e para fomentar uma convivência mais harmoniosa nas comunidades que os recebem.

Nos países que recebem os migrantes, especialmente nos Estados Unidos, eles enfrentam inúmeros obstáculos, como a exclusão do mercado de trabalho e dificuldades para obter a regularização legal e acesso limitado a direitos fundamentais, incluindo saúde e educação. A ausência de reconhecimento das qualificações profissionais, as barreiras legais e linguísticas e as condições inadequadas de moradia agravam ainda mais a situação desses indivíduos, dificultando sua integração tanto social quanto econômica. Nos EUA, como comentado, políticas restritivas têm sido implementadas para controlar fluxos migratórios, resultando em um aumento da vulnerabilidade dos migrantes indocumentados. Além disso, a discriminação e a xenofobia permanecem como problemas significativos, complicando ainda mais o processo de adaptação e acolhimento. Esses obstáculos evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e voltadas para a integração não apenas nos Estados Unidos, mas de maneira geral nos países acolhedores na América Latina, para que assegurem não apenas a regularização legal das pessoas migrantes, mas também que tenham pleno acesso a direitos e serviços, além de fomentar a aceitação e a convivência intercultural nos países que os recebem.

Com base nos resultados apresentados, pode-se afirmar que a migração na América Latina requer uma abordagem mais ampla, que transcenda as políticas de controle e contenção, para se focar em estratégias de integração, proteção e inclusão social. As sugestões para os governos da região incluem a adoção de políticas públicas que assegurem a regularização dos migrantes, o reconhecimento de suas qualificações profissionais, o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, e o enfrentamento da xenofobia e da discriminação. Além disso, é crucial que os países receptores invistam em infraestrutura adequada, criando condições de habitação dignas para os migrantes e promovendo a formação de redes de apoio social.

Sobre a relação deste processo migratório com os Estados Unidos, é importante notar que as pessoas migrantes neste país enfrentam uma série de desafios significativos que impactam sua vida e integração na sociedade. Dentre estes desafios, muitos se veem forçados a aceitar empregos em setores de baixo pagamento e alto risco, enfrentando condições de trabalho perigosas e exploração. Junto a isso, a falta de reconhecimento das qualificações profissionais é outro

obstáculo comum, dado o fato de que muitos imigrantes chegam com diplomas e experiências que não são validados nos EUA, obrigando-os a aceitar posições que não correspondem às suas habilidades.

A falta de documentação impede muitos migrantes de acessar serviços essenciais, como saúde e educação. Mesmo aqueles com vistos temporários enfrentam barreiras para obter assistência social e serviços públicos, além de que a insegurança em relação ao status migratório é uma preocupação constante para muitos imigrantes indocumentados, que vivem com o medo da deportação. As políticas de imigração têm, com o tempo, se tornado mais rigorosas, especialmente sob administrações recentes, dificultando a regularização destas pessoas. Essas políticas podem resultar na separação de famílias durante processos de imigração, separando crianças de seus pais se estes forem detidos ao tentar cruzar a fronteira, gerando significativo trauma emocional para todos os envolvidos.

Figura1 - Garota hondurenha de 2 anos de idade chora após sua mãe ser detida na fronteira entre o México e os Estados Unidos, localizada em McAllen, Texas



Fonte: John Moore/Getty Images/AFP

A adaptação cultural também se coloca como desafiadora para muitos migrantes, que frequentemente enfrentam barreiras linguísticas e falta de redes de apoio. Enquanto a retórica anti-imigração tem aumentado, levando a um clima hostil em algumas comunidades, migrantes frequentemente enfrentam discriminação no trabalho e na vida cotidiana, o que pode afetar sua saúde mental e bem-estar de maneira geral. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas que abordem as causas estruturais da migração e promovam a inclusão social dos migrantes nos Estados Unidos, destino mais comumente desejado por migrantes da América Latina.

As políticas de imigração dos Estados Unidos são passíveis de críticas diversas, especialmente aquelas relacionadas aos direitos humanos. As políticas de imigração, especialmente a política de "tolerância zero" implementada durante o primeiro governo Trump, resultaram em separações familiares e detenções em massa. A retórica utilizada por alguns políticos, que caracteriza os imigrantes como criminosos ou invasores, contribui para a desumanização dessas pessoas. Essa abordagem não apenas ignora as razões complexas que levam os indivíduos a migrar, mas também alimenta um clima de xenofobia e discriminação. Essas políticas de imigração podem ter um impacto negativo na economia dos EUA, especialmente em setores que dependem fortemente da mão de obra imigrante, como agricultura e construção civil, áreas de grande presença de pessoas migrantes.

Uma das prováveis consequências da deportação em massa proposta pelo governo de Donald Trump poderia causar uma escassez significativa de trabalhadores nessas indústrias, levando a um aumento nos custos e à diminuição da produção. Ademais, os imigrantes contribuem significativamente para a economia americana através do pagamento de impostos e do consumo. Estima-se que, em 2020, os imigrantes tenham representado cerca de 17% da força de trabalho nos EUA, contribuindo com mais de US\$ 2 trilhões ao PIB. Além disso, muitos migrantes atuam em áreas de alta demanda como tecnologia, saúde, e até empreendedorismo, criando empresas que geram empregos e geram impostos que beneficiam a economia local.

É fundamental implementar uma reforma abrangente das políticas de imigração que promova a regularização de imigrantes indocumentados e facilite o acesso ao status legal. Isso inclui a expansão do Estatuto de Proteção Temporária (TPS), que já foi aplicado a grupos específicos, como os venezuelanos, permitindo que imigrantes em situações vulneráveis possam viver e trabalhar legalmente nos EUA sem o medo

da deportação. Além disso, é necessário criar um caminho claro para a cidadania para aqueles que já estão contribuindo para a sociedade americana. Programas de integração que ofereçam suporte linguístico, treinamento profissional e assistência na busca de emprego são essenciais. Iniciativas como aulas de inglês para falantes de outras línguas e programas de capacitação podem ajudar os migrantes a se adaptarem melhor ao mercado de trabalho e à sociedade norte-americana.

É necessário promover campanhas de conscientização que abordem a discriminação e a xenofobia enfrentadas pelos migrantes. Essas campanhas podem ser realizadas em escolas, comunidades e através das mídias sociais, visando educar o público sobre as contribuições dos imigrantes para a sociedade americana e desmistificar estereótipos negativos. As redes de apoio comunitário são fundamentais para ajudar os migrantes a se estabelecerem em suas novas comunidades. Essas redes podem incluir grupos religiosos, associações culturais e organizações sem fins lucrativos que oferecem suporte emocional, assistência legal e ajuda na integração social.

As políticas públicas devem garantir que os solicitantes de asilo tenham acesso adequado aos processos legais e proteção durante suas solicitações. Isso inclui garantir que não sejam deportados enquanto aguardam decisões sobre seus casos. A implementação de corredores humanitários e medidas temporárias de proteção pode ser uma solução viável. Essas sugestões visam criar um sistema mais justo e humano que reconheça os direitos dos migrantes latino-americanos nos Estados Unidos, promovendo sua integração e contribuindo para o fortalecimento da sociedade americana como um todo.

Essas críticas destacam, afinal, a necessidade urgente de uma reforma abrangente nas políticas de imigração dos EUA, visando garantir o respeito aos direitos humanos, promover a inclusão social e reconhecer as contribuições dos migrantes para a sociedade americana. As questões relacionadas à migração latino-americana para os Estados Unidos exigem uma abordagem multifacetada que considere as complexidades sociais, econômicas e políticas envolvidas. Os achados desta análise demonstram que a migração na América Latina é um evento que demanda uma abordagem conjunta, humanitária e centrada nos direitos humanos, garantindo que os migrantes sejam tratados com respeito e tenham acesso às oportunidades essenciais para reerguer suas vidas com segurança e autonomia.

Ademais, os resultados aqui expostos demonstram qual é a relação dos migrantes latino-americanos com os Estados Unidos, principal país escolhido pelos latino-americanos para a imigração, levantando seus principais pontos de atenção e propondo melhorias que ajudem na integração dos migrantes em seu território e para com sua população.

Adicionalmente, é importante destacar que muitos dos avanços necessários em relação à integração dos migrantes nos Estados Unidos e nos outros países de acolhimento na América Latina dependem de uma mudança significativa na vontade política dos países e de sua população. No contexto atual, onde há um fortalecimento das políticas de extrema direita e uma crescente adoção de posturas não-liberais, é particularmente desafiador implementar reformas que garantam direitos e oportunidades para os migrantes. Esse cenário está profundamente ligado à concentração de riqueza e ao fortalecimento de uma agenda política que prioriza interesses de elites econômicas em detrimento das necessidades das populações mais vulneráveis, incluindo as pessoas migrantes. Embora os imigrantes desempenhem um papel fundamental na economia norte-americana, seja através de sua contribuição em setores vitais como a agricultura, tecnologia e saúde, a retórica anti-imigração e a falta de uma abordagem inclusiva dificultam a plena valorização e reconhecimento do peso vital que esses indivíduos têm para a prosperidade do país. Assim, a capacidade de promover uma política migratória mais humana e inclusiva se vê limitada por essas forças políticas que resistem à mudança e reforçam desigualdades estruturais.

6. REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Tarciana Moreira et al. **Análise da efetivação dos direitos fundamentais dos refugiados venezuelanos residentes no estado do Amazonas.** 2023.

ALMEIDA, Yuri Teixeira et al. **A relevância do Brasil como destino migratório internacional: um olhar para os principais fluxos contemporâneos (2010-2022).** 2023.

REPOSITÓRIO IPEA. **Migrante inclui não apenas o não nacional, mas também pessoas que se deslocam no espaço geográfico de um mesmo país.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI_n26_Estatuto.pdf Acesso em: 26 nov. 2024.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Discussão sobre os termos migrante, imigrante e suas implicações.** Disponível em: <https://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Definição de migrante e suas características.** Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MISSÃO PAZ. **Migrantes: Descubra Quem São +10 Tipos de Migração.** Disponível em: <https://missaonspaz.org/blog/migrantes/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ANDRADE, Aline Memória; DA ROCHA, Maria Vital. **Conflito na perspectiva de Georg Simmel e a “crimigração”: é possível perceber algum lado positivo na “crimigração”?** Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 9, n. 3, 2022.

ANSCHAU, Ana Laura. **A governança multinível das migrações internacionais e o papel das cidades brasileiras.** 2024.

AUGUSTO, Victoria Mossini. **Securitização ou humanização: análise comparativa das legislações migratórias para venezuelanos no Brasil e no Chile.** 2024.

BBC NEWS MUNDO. **Quais países da América Latina recebem mais venezuelanos — e por que há temor de nova onda.** 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xl4rp2eplo>. Acesso em: 01 dez. 2024.

O GLOBO. **Crise na Venezuela acende alerta na região que se prepara para nova onda migratória.** 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/08/09/crise-na-venezuela-acende-alerta-na-regiao-que-se-prepara-para-nova-onda-migratoria.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRITO, Pamela Franco. **O silêncio da paz:: a acolhida humanitária de ucranianos pelo Estado brasileiro.** Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica, v. 9, n. 09, p. 237-259, 2022.

BÚ, Emerson; LIMA, Kaline; BRITO, Tátilla. **Avaliação psicológica: Direcionada para pessoas em situação de vulnerabilidade e grupos minorizados.** Editora CRV, 2024.

CAMARGO, Selaide Rowe. **Migração venezuelana: uma análise sobre a gestão do fluxo migratório no Brasil.** 2022.

CAPISTRANO, Valnise Lima Vêras et al. **O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba.** Universidade federal da paraíba pós-graduação direitos humanos, cidadania e políticas públicas. 2021.

CHALUB, Victor Hugo Barboza. **Aspetos gerais sobre o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes—enquadramento jurídico.** 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalense (Portugal).

COSTA SACHINI, Natalia Bugginga Ramos. **OS/as imigrantes bolivianos/as atendidos/as no centro de referência de assistência social-cras itinerante-na cidade fronteira de corumbá/ms.** Programa de pós-graduação mestrado em estudos fronteiriços - Ministério da Educação - Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. 2021.

CUNHA, Clarice Rayane de Oliveira. **Migração venezuelana para o Brasil: uma análise dos direitos e a oferta de políticas públicas de acolhimento ao povo Warao no estado do Rio Grande do Norte**. 2023. Tese de Doutorado.

DIMENSTEIN, Marcela; ELALI, Gleici. **Precarização e provisoriedade: um estudo com refugiados venezuelanos em João Pessoa/PB**. Ponto Urbe, v. 32, n. 1, p. e226833-e226833, 2024.

DITTRICH, Maria Eduarda; TREML, Krishna Schneider. **Refugiado: uma análise sobre a condição de refugiado no Brasil e no mundo**. Academia de Direito, v. 6, p. 1609-1627, 2024.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. **Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe**. Sociologias, v. 22, n. 55, p. 40-73, 2020.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **“Crimigração” e Nova lei de migração no Chile**. 2023. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

FONSECA, Ana Cândida Sousa; VALIANTE, Virna Gonçalves Dourado. **O diálogo transconstitucional e a defesa do fenômeno migratório sob a égide dos direitos humanos**. Revista da escola judiciária do piauí (issn: 2526-7817), v. 3, n. 1, 2022.

GONELLA, Yasmin Sousa et al. **Pequenas mudanças grandes trajetórias? do Estatuto do Estrangeiro (1980) à Lei de Migração (2017)**. 2023.

GRAJZER, Deborah Esther et al. **Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção**. 2024.

GUIMARÃES, Yanne. **Trabalhadores mexicanos nos EUA: a questão da superexploração à luz do debate sobre as migrações laborais e a racialização da força de trabalho latina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LAGO, Mayra Coan. **Política Migratória América Central, Caribe e México**. TRAVESSIA-revista do migrante, v. 1, 2023.

LAZARINI, Twila. **Migração e educação: análise dos dispositivos curriculares de três regiões brasileiras**. 2024.

LEAL, Marília Daniella Freitas Oliveira et al. **A convenção das nações unidas relativa ao estatuto dos refugiados de 1951: uma análise sobre a necessidade de atualização para atender às novas demandas sociais**. 2023.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Análise do “normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da Operação Acolhida**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 30, 2021.

MELO, Geovana Alves de. **Por onde sangram as fronteiras: a primeira Caravana de Migrantes (2018) frente ao necropoder das rotas migratórias entre Mesoamérica e Estados Unidos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais. 2024.

MORAIS, Leonora Ferreira Cária. BREVE ANÁLISE DA QUESTÃO MIGRATÓRIA À LUZ DO RETORNO DO BRASIL AO PACTO GLOBAL PARA UMA MIGRAÇÃO SEGURA, ORDENADA E REGULAR. In: **TRABALHO, CAPITALISMO E MIGRAÇÕES: REFLEXÕES, REFLEXOS E AÇÕES**. Editora Científica Digital, 2024. p. 36-60.

MOREIRA, Gabriel Silva; BORGES, Gabriel Ozanique. **REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: Desafios e perspectivas no contexto atual**. REVISTA UNÍITALO EM PESQUISA ISSN: 2236-9074| DOI 10.7435, v. 14, n. 2, p. 147-160, 2024.

MOREIRA, Gisele Souza. **Fronteiras e imigrantes no discurso político eleitoral dos presidentiáveis nas eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Argentina**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUTOBA, Jael Bohimanga. **As relações Brasil-República Democrática do Congo: o impacto sobre o fluxo migratório dos congoleses**. 2023.

MÔNACO, Gustavo. **Pobreza, fome e turbulência política levam a aumento de migrações na América Latina**. Jornal da USP, 25 de outubro 2021. Seção Rádio

USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pobreza-fome-e-turbulencia-politica-levam-a-aumento-de-migracoes-na-america-latina/>. Acesso em: 25/11/2024.

PAIVA, Ariane Rego; DE PAIVA GONÇALVES, Gabriela. **Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 13, n. 26, p. 164-181, 2021.

PEREIRA FILHO, Elcy Gomes. **O alinhamento geopolítico do Brasil e seus impactos nas políticas de fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos no país**. 2024.

PEREIRA, Isabella P. F. **A emergência climática e os “Refugiados Ambientais” no Brasil**. Monografia (Especialização em Política e Sociedade) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Quintanilha, Karina Ferreira, 1987- Q45i **Quilmigração e lutas migrantes : redes e encruzilhadas da mobilização por direitos e contra a xenofobia racializada no Brasil em crise** / Karina Quintanilha Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

RIBEIRO, Rafaela Sofia Gonçalves. **À Procura de um Lugar na Cidade: Imigração Brasileira e Dinâmicas Imobiliárias em Braga**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

RIBEIRO, Vitor Espíndola et al. **O instituto do refúgio entre a teoria e a prática: análise a partir da gestão do fluxo de imigrantes forçados venezuelanos no Brasil (2018-2021)**. 2022.

RODRIGUES, Raquel Filipa Soares. **Desafios ao nível da Saúde Mental em populações de Refugiados, Deslocados internos e Requerentes de asilo**. 2021. Dissertação de Mestrado.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues et al. **Urbanização e Formas de Resistência Indígena na Cidade de Campo Grande-MS: industrialização, relações de trabalho e territorialização étnica**. 2020.

SILVA, Ana Sousa da et al. **Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no contexto de refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva.** 2023.

A proteção dos direitos humanos dos migrantes é prioritária para a América Latina e o Caribe. CEPAL, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/protecao-direitos-humanos-migrantes-prioritaria-america-latina-o-caribe>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SILVA, Erica Sarmiento. **Mulheres e migrações forçadas na América Latina. Trajetórias dos corpos femininos, violências e resistências no século XXI.** Migraciones de ayer y de hoy. Perspectivas y nuevos desafíos, p. 69. 2022

SILVA, Janaina Mayara Müller da et al. **Imigração e controle de excedentes: o Estado brasileiro frente ao fluxo migratório venezuelano.** 2023.

LACERDA, Thais Caroline A.; FERREIRA, Greiciele da Silva. **A eleição de Donald Trump e os impactos da imigração nos EUA.** Latino Observatory, 2024. Disponível em: <https://www.latinoobservatory.org/noticia.php?ID=977&lang=br>. Acesso em 27 nov. 2024.

SILVA, Marcos Araújo Castro. **Perspectiva genômica sobre a origem, história e diversidade dos povos indígenas da América do Sul: do povoamento inicial à colonização europeia.** 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, Jeane Barros de et al. **Pandemia e imigração: famílias haitianas no enfrentamento da COVID-19 no Brasil.** Escola Anna Nery, v. 24, p. e20200242, 2020.

VARGAS, John Edinson Velásquez. **Processo migratório e vulnerabilidade social: uma análise bioética da imigração venezuelana para o Brasil e Colômbia.** 2023. 176 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Leonardo Martins de. **Os eventos climáticos extremos evidenciam o sofrimento de comunidades latinas nos EUA.** Latino Observatory, 2024. Disponível em em 27 nov. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein; ROSA, Marina de Almeida. **Mobilidade e refúgio no MERCOSUL: a compatibilidade entre a política migratória regional e o direito internacional dos refugiados.** Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, v. 11, n. 20, p. 1, 2023.

Capa da Time mostra criança imigrante e Trump frente a frente. Veja, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/capa-da-time-mostra-crianca-imigrante-e-trump-frente-a-frente>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

VILLARROEL, Eduardo José Weffer. **A efetivação dos Direitos Humanos e Proteção Social na migração forçada de venezuelanos em Manaus - Brasil.** 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

América Latina, mais que um nome!. Laboratório de Epistemologia e História da Geografia, UNICAMP, 2023. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/lehg/america-latina-mais-que-um-nome/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PURDY, J. **Contradictory Immigration Policies: Biden's Temporary Protection Status for Venezuelans and Hardening Restrictions.** 2023. Migration Policy Institute.

HUMAN RIGHTS WATCH. **The Struggles of Latinx Immigrants in the U.S.: Discrimination and Marginalization.** 2024. Human Rights Watch.

MIGRATION POLICY INSTITUTE (MPI). **The State of U.S. Immigration: Rights and Challenges for Undocumented Immigrants.** 2024. Migration Policy Institute.

WERLANG, Guilherme Vendruscollo. **Da biopolítica a necropolítica: tratados internacionais, políticas anti-imigração e educação sobre migrantes.** Universidade de Santa Cruz do Sul programa de pós-graduação em educação – mestrado e doutorado área de concentração em educação. 2020.